

# **As Relações Transatlânticas: O Papel da Missão Diplomática de Portugal em Ottawa**

**Lyandra Victória França de Almeida**

Relatório de Estágio para obtenção do Grau de Mestre em  
**Relações Internacionais**  
(2º ciclo de estudos)

Orientador: Prof. Doutor João Terrenas

**janeiro de 2023**

**Folha em branco**

## **Declaração de Integridade**

Eu, Lyandra Victória França de Almeida, que abaixo assino, estudante com o número de inscrição M10761 do Mestrado em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, declaro ter desenvolvido o presente trabalho e elaborado o presente texto em total consonância com o **Código de Integridades da Universidade da Beira Interior**.

Mais concretamente afirmo não ter incorrido em qualquer das variedades de Fraude Académica, e que aqui declaro conhecer, que em particular atendi à exigida referenciação de frases, extratos, imagens e outras formas de trabalho intelectual, e assumindo assim na íntegra as responsabilidades da autoria.

Universidade da Beira Interior, Covilhã 27/01/2023



(assinatura conforme Cartão de Cidadão ou preferencialmente

assinatura digital no documento original se naquele mesmo formato)

**Folha em branco**

# Agradecimentos

Em primeiro lugar, aos meus pais. Vocês me ensinaram desde sempre que o conhecimento é o bem mais valioso que nós temos. Obrigada pelo apoio imensurável durante todo o meu percurso acadêmico e, mais do que isso, durante a minha formação como pessoa. Não existem palavras que consigam expressar o amor e a gratidão que sinto por vocês, mas espero que saibam.

Em segundo lugar, ao pessoal da Embaixada. Ao Senhor Embaixador João do Carmo Ataíde e ao Dr. João Paulo Costa, obrigada pela oportunidade e por todo o direcionamento que me foi oferecido durante este estágio. Agradeço também ao Jorge e ao Senhor Domingos, e em especial à Rosa, que me acolheu desde o primeiro dia, e à Maria, pela disposição em me ensinar os jeitos consulares no pouco tempo que tivemos.

Agradeço ao meu orientador, o Professor João Terrenas, pela orientação colaborativa e eficaz, e pelas mensagens de confirmação, de correção e de conhecimento.

Por último, e talvez mais importante, agradeço ao amor da minha vida. Obrigada por me acompanhar na experiência única que foi viver no Canadá. Obrigada por todo o amor, por toda a paciência e por todo o suporte não só no decorrer da realização custosa deste relatório, como durante a construção e evolução diária da nossa vida juntas.

**Folha em branco**

## **Resumo**

O presente relatório é resultado da reflexão feita a partir do estágio curricular realizado na Embaixada de Portugal em Ottawa. As missões diplomáticas desempenham um papel fundamental nas relações bilaterais entre países, sendo responsáveis por representar o país de origem no país de destino, promovendo os interesses nacionais e estabelecendo e mantendo relações de cooperação. Neste sentido, torna-se necessário compreender a atuação da Embaixada de Portugal em Ottawa enquanto principal missão diplomática em território canadense.

Tomando como ponto de partida o estágio curricular realizado nesta instituição e adotando uma abordagem qualitativa, operacionalizada através da observação participante e da análise documental, este relatório tem como objetivo explorar as relações Portugal-Canadá, com ênfase no papel desempenhado pelo corpo diplomático português no desenvolvimento das relações bilaterais e na promoção dos interesses nacionais e de sua comunidade no estrangeiro.

Para cumprir com os objetivos propostos, o relatório apresenta um enquadramento conceitual da diplomacia econômica, comercial e cultural, consideradas as vertentes mais relevantes para este estudo, bem como uma breve análise acerca das especificidades das missões diplomáticas e da evolução da diplomacia portuguesa. Seguindo a natureza conceitual e contextual deste relatório, é explorada a definição e a presença da diáspora dentre as diretrizes da política externa de Portugal, e a forma como constituiu-se a comunidade portuguesa em território canadense ao longo dos anos. Por fim, é apresentada a Embaixada, objeto principal deste estudo, suas respectivas competências em cada uma das vertentes da diplomacia aqui abordadas, e como são executadas as suas atividades em conjunto com os principais acordos e agências representativas do país.

## **Palavras-chave**

Diplomacia; Portugal; Canadá; Embaixada; Diáspora.

**Folha em branco**

# **Abstract**

This report is the result of the reflection made from the curricular internship carried out at the Embassy of Portugal in Ottawa. Diplomatic missions play a key role in bilateral relations between countries, being responsible for representing the home country in the host country, promoting national interests and establishing and maintaining cooperative relations. In this sense, it becomes necessary to understand the actions performed by the Embassy of Portugal in Ottawa as the main diplomatic mission in Canadian territory.

Taking as a starting point the curricular internship carried out in this institution, and adopting a qualitative approach, operationalized through participant observation and document analysis, this report aims to explore Portugal-Canada relations, with emphasis on the role played by the Portuguese diplomatic corps in developing bilateral relations and promoting national interests and its community abroad.

To achieve the proposed objectives, the report presents a conceptual framework of economic, commercial and cultural diplomacy, considered the most relevant aspects for this study, as well as a brief analysis about the specificities of diplomatic missions and the evolution of Portuguese diplomacy. Following the conceptual and contextual nature of this report, the definition and presence of the diaspora among Portugal's foreign policy guidelines are explored, as well as how the Portuguese community in Canadian territory was constituted over the years. Finally, the Embassy, the main object of this study, is presented, as well as its respective competencies in each of the aspects of diplomacy addressed here, and how its activities are carried out together with the main agreements and representative agencies of the country.

## **Keywords**

Diplomacy; Portugal; Canada; Embassy; Diaspora.

**Folha em branco**

# Índice

<b>Agradecimentos</b>	<b>v</b>
<b>Resumo</b>	<b>vii</b>
<b>Abstract</b>	<b>ix</b>
<b>Lista de Figuras</b>	<b>xiii</b>
<b>Lista de Acrônimos</b>	<b>xv</b>
<b>Introdução</b>	<b>17</b>
<b>Capítulo I - A Diplomacia nas Relações Internacionais</b>	<b>19</b>
1.1. Três dimensões da Diplomacia: uma análise conceitual	20
1.1.1. A Diplomacia Econômica	20
1.1.2. A Diplomacia Comercial	22
1.1.3. A Diplomacia Cultural	24
1.2. Metodologia	28
<b>Capítulo II - O Exercício da Missão Diplomática Portuguesa</b>	<b>31</b>
2.1. As Embaixadas	32
2.2. A Política Externa de Portugal	35
2.3. A Diplomacia Portuguesa	37
<b>Capítulo III - As Relações Portugal-Canadá</b>	<b>40</b>
3.1. As Diásporas e a Política Externa de Portugal	40
3.1.1. As Diásporas	40
3.1.2. A Política Externa Portuguesa e a Diáspora	42
3.2. A Diáspora Portuguesa no Canadá	45
3.3. Portugal e o Acordo Econômico e Comercial Global (CETA)	53
<b>Capítulo IV - O Estágio Curricular na Embaixada de Portugal em Ottawa</b>	<b>56</b>
4.1. A Embaixada de Portugal em Ottawa	56
4.1.1. Organização	57
4.1.2. Atividades	58
4.2. O Estágio Curricular	62
4.2.1. Plano de Estágio	62
4.2.2. Atividades do Estágio	63
4.2.3. Limitações	64
4.3. A Embaixada de Portugal em Ottawa nas três dimensões diplomáticas	65
<b>Considerações Finais</b>	<b>68</b>
<b>Bibliografia</b>	<b>72</b>

**Folha em branco**

# Lista de Figuras

Figura 1 – Entradas de portugueses no Canadá, 1966-2016. Fonte: Observatório de Emigração (2018).

Figura 2 – Entrada de portugueses no Canadá, 2000-2021. Fonte: Observatório de Emigração (2022).

Figura 3 – Organograma da Embaixada de Portugal em Ottawa. Fonte: Elaborado pela autora.

**Folha em branco**

# Lista de Acrônimos

<b>AICEP</b>	Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal
<b>API</b>	Agência Portuguesa para o Investimento
<b>CCP</b>	Conselho das Comunidades Portuguesas
<b>CEE</b>	Comunidade Económica Europeia
<b>CETA</b>	Acordo Económico e Comercial Global
<b>CPLP</b>	Comunidade de Países de Língua Portuguesa
<b>CVRD</b>	Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas
<b>DHOM</b>	<i>Deputy Head of Mission</i>
<b>ECR</b>	<i>European Commission Representation</i>
<b>EPI</b>	Economia Política Internacional
<b>eSGC</b>	Sistema de Gestão Consular
<b>EUA</b>	Estados Unidos da América/ Estados Unidos
<b>EUNIC</b>	Institutos Nacionais de Cultura da União Europeia
<b>GAID</b>	Gabinete de Apoio ao Investidor da Diáspora
<b>ICEP</b>	Instituto do Comércio Externo de Portugal
<b>IDE</b>	Investimento Direto Estrangeiro
<b>MNE</b>	Ministério dos Negócios Estrangeiros
<b>OBSERVARE</b>	Observatório de Relações Exteriores
<b>OIM</b>	Organização Internacional para as Migrações
<b>ONG</b>	Organização Não-Governamental
<b>ONU</b>	Organização das Nações Unidas
<b>OTAN</b>	Organização do Tratado do Atlântico Norte
<b>PALOP</b>	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
<b>PEC</b>	Programa de Estágios Curriculares
<b>PEPAC</b>	Programa de Estágios Profissionais na Administração Central
<b>PIA</b>	Plano Indicativo Anual
<b>PNAID</b>	Programa Nacional de Apoio ao Investimento da Diáspora
<b>RI</b>	Relações Internacionais
<b>SPA</b>	Acordo de Parceria Estratégica
<b>TIEA</b>	Acordo de Fortalecimento do Comércio e dos Investimentos
<b>UE</b>	União Europeia

**Folha em branco**

# Introdução

O presente relatório tem como objetivo analisar e refletir sobre o estágio curricular realizado entre novembro de 2021 e fevereiro de 2022 na Embaixada de Portugal em Ottawa, no âmbito do Mestrado em Relações Internacionais. A realização do estágio resultou do interesse pessoal em desenvolver competências profissionais alinhadas com os conhecimentos teóricos adquiridos durante a Licenciatura e o Mestrado na Universidade da Beira Interior. O estágio permitiu igualmente uma compreensão do trabalho realizado em uma Embaixada, assim como do funcionamento da rede consular portuguesa.

De acordo com o Relatório Estatístico de Emigração Portuguesa de 2018, o número de portugueses residentes no Canadá situa-se acima dos 100 mil, sendo o Canadá o quarto país do mundo onde residem mais emigrantes portugueses (Pires et al., 2018). Por este motivo, Portugal e Canadá desfrutam de uma longa história de interações que datam do século XVI. Não menos relevante, estes países compartilham valores similares no que concerne a questões centrais à agenda global, incluindo questões de segurança e defesa, proteção de direitos humanos e igualdade de gênero, bem como as alterações climáticas e a gestão dos oceanos.

Ao mesmo tempo, o relacionamento comercial entre os dois países tem crescido de forma sustentada, sendo o investimento um elemento dinâmico nesta relação. Em 2017, Portugal ratificou o Acordo Econômico e Comercial Global (CETA) entre a União Europeia (UE) e o Canadá, reforçando ainda mais as relações comerciais mutuamente benéficas de bens e serviços. Sob o CETA, os investidores portugueses e canadenses dispõem de maior previsibilidade, transparência e proteção para seus investimentos.

Neste sentido, surge a necessidade de compreender a atuação da Embaixada de Portugal em Ottawa enquanto principal missão diplomática em território canadense. Com a intenção de apresentar um enquadramento institucional da Embaixada, o relatório tem como objetivo explorar as relações entre Portugal e o Canadá e, mais especificamente, analisar o papel desempenhado pelo corpo diplomático português na promoção dos interesses nacionais e no desenvolvimento das relações bilaterais com o Canadá, bem como perceber a importância assumida pelas múltiplas atividades realizadas pela estrutura diplomática portuguesa em Ottawa para os membros de sua diáspora.

Assim, os objetivos delineados visam responder às seguintes perguntas de investigação: (i) De que forma a Embaixada de Portugal em Ottawa, enquanto principal missão diplomática em território canadense, promove as relações Portugal-Canadá? (ii) Que áreas são prioritárias para que a atividade diplomática portuguesa assegure uma representação nacional e de sua comunidade no Canadá?

O relatório está estruturado em quatro capítulos. De forma a estabelecer o enquadramento teórico e metodológico que sustenta a análise do papel desempenhado pela missão diplomática de Portugal em Ottawa, o primeiro capítulo irá oferecer uma análise conceitual da diplomacia econômica, comercial e cultural, aqui consideradas como as três principais áreas de ação da representação diplomática portuguesa para a prossecução dos objetivos de política externa. O capítulo seguinte perpassa a dimensão teórica e conceitual e realiza uma análise do caráter e das especificidades que caracterizam as missões diplomáticas, colocando especial enfoque no papel das embaixadas residentes nas relações bilaterais e, posteriormente, na evolução e atuação da diplomacia portuguesa.

O terceiro capítulo começa por apresentar o conceito e a relevância da diáspora nos eixos da política externa portuguesa e, em seguida, explora as relações Portugal-Canadá através de uma análise da diáspora portuguesa e do seu processo de assimilação na sociedade canadense. Por fim, são apresentadas as origens do CETA, acordo fundamental para compreender as relações contemporâneas entre Portugal e Canadá, bem como a importância econômica e comercial desta parceria para Portugal.

O quarto e último capítulo introduz a Embaixada de Portugal em Ottawa como entidade acolhedora do estágio. O capítulo irá explorar a sua estrutura organizacional interna e respectivas competências, bem como o seu enquadramento nas três dimensões diplomáticas abordadas neste relatório. O capítulo apresenta ainda o plano de estágio, as tarefas desenvolvidas e as limitações ao longo do mesmo. As considerações finais retomam alguns dos principais pontos explorados e apresenta reflexões acerca deste relatório.

# Capítulo I - A Diplomacia nas Relações Internacionais

O primeiro capítulo oferece o enquadramento conceitual e metodológico que sustenta a realização da análise e discussão das atividades desempenhadas pela missão diplomática de Portugal em Ottawa. Começamos por enquadrar historicamente a prática da diplomacia moderna, naturalmente associada ao sistema de relações internacionais que se estabeleceu em 1648 e que desde então tem sido aperfeiçoado, mas sem o qual é impossível compreender as dinâmicas que caracterizam as relações entre Estados soberanos. Em seguida, apresentamos os três principais vetores de análise, nomeadamente as dimensões econômica, comercial e cultural da diplomacia, onde se materializam as prioridades da política externa portuguesa. Serão estas três dimensões que posteriormente são utilizadas como enquadramento de análise para responder às perguntas de investigação. Por fim, o capítulo dedica uma subseção às duas principais ferramentas metodológicas utilizadas para a recolha, análise e interpretação qualitativa dos dados: a estratégia de observação participante e a metodologia de análise documental.

A era da diplomacia europeia clássica começou com o Tratado de Vestfália (1648), marcando o fim da Guerra dos Trinta Anos e a transição para o sistema moderno de Estados. O Congresso de Viena estabeleceu os códigos de conduta diplomática que, desde então, assumiram um papel central no governo das relações entre Estados soberanos (Cooper et al., 2013). A representação diplomática serviu como direito internacional consuetudinário até se interligar a outras regras que regem a diplomacia, e que foram posteriormente tipificadas como obrigações formais através de um conjunto de tratados assinados nas Convenções de Viena sobre Relações Diplomáticas e Consulares de 1961 e 1963, respectivamente.

O processo da negociação é considerado uma dimensão essencial da diplomacia em oposição ao conflito militar como extensão da política por outros meios. Todavia, com o acelerar do processo de globalização que se tem verificado nas últimas décadas, o escopo da prática diplomática como ferramenta de governação de relações entre estados tem ultrapassado largamente suas preocupações tradicionais, de forma a abranger uma miríade de áreas temáticas (Cohen, 1998). Os trabalhos académicos mais recentes sobre a evolução da diplomacia realçam a complexidade acrescida em que “os Estados e outros atores internacionais comunicam, negociam e interagem” (Leguey-Feilleux, 2009, p. 1) no século XXI.

No seu conjunto, estas mudanças refletem a crescente importância dos atores não estatais e reduzem a prerrogativa da diplomacia liderada pelo Estado como principal mediador nas

relações internacionais. Olhando para o campo contemporâneo dos estudos diplomáticos, existe agora um discurso acadêmico baseado em múltiplas perspectivas teóricas sobre o que realmente é a diplomacia, onde se destaca a emergência de um conjunto de perspectivas pós-positivistas que não só contestam os principais pressupostos dos estudos tradicionais da diplomacia, como desenvolvem novas formas de olhar e pensar esta prática fundamental à gestão de relações interestatais. Simultaneamente, esta pluralidade de perspectivas contribuiu para enfatizar os diferentes processos e atores que podem ser conceitualizados como sendo diplomáticos.

## **1.1. Três dimensões da Diplomacia: uma análise conceitual**

### **1.1.1. A Diplomacia Econômica**

As mudanças substanciais na ordem internacional durante o período da Guerra Fria com que se confrontaram os estudiosos, principalmente nos Estados Unidos (EUA) e, em menor grau, na Europa, levaram ao desenvolvimento de novos conceitos e teorias que integrassem de forma mais explícita a dimensão política e econômica, comumente negligenciadas em detrimento da dimensão estratégica e militar. Os anos 70 assinalaram o início de um pensamento inovador em vários subcampos dos estudos das RI. Tais inovações podem ser vistas como tendo facilitado uma investigação mais refinada da diplomacia econômica, sobretudo a partir dos anos 90 (Okano-Heijmans, 2011).

Enquanto a divisão bipolar do mundo continuou a definir os contornos dos estudos das relações internacionais, as consequências da globalização e os novos desafios econômicos - choques petrolíferos, o colapso do sistema de Bretton Woods em 1973 e o surgimento de economias não ocidentais - exigiram uma estrutura de análise mais abrangente por parte dos especialistas em relações internacionais (Okano-Heijmans, 2011). Foi neste contexto que a própria ideia e análise das relações econômicas internacionais seriam ampliadas para englobar também a esfera política, levando à criação e expansão da agenda disciplinar que é atualmente reconhecida como Economia Política Internacional (EPI).

O conceito "diplomacia econômica" é geralmente definido pela literatura de duas formas distintas. A primeira denota uma parte da diplomacia que se concentra especificamente na realização dos interesses econômicos estrangeiros de um Estado. Neste sentido, o termo diplomacia econômica engloba todas as atividades diplomáticas cujo principal objetivo é a implementação de um determinado interesse de política externa do Estado na esfera econômica. A título de exemplo, Saner e Yiu (2003) definem a diplomacia econômica como "a atividade das missões diplomáticas voltada para a promoção do setor empresarial e financeiro do Estado de origem com o objetivo de apoiar seu desenvolvimento econômico" (p. 13).

O segundo significado reconsidera o conceito de diplomacia econômica como uma atividade mais ampla, que abarca a utilização de ferramentas econômicas para a prossecução de quaisquer interesses - isto é, não apenas econômicos, mas também securitários de um Estado. Esta segunda interpretação do conceito de diplomacia econômica é evidente na definição oferecida por Berridge e James (2003), de acordo com os quais o termo diplomacia econômica se refere simplesmente ao "uso de recursos econômicos" de um Estado na forma de "recompensas e sanções, na tentativa de atingir um determinado objetivo econômico estrangeiro" (p. 81).

Uma questão importante no estudo da diplomacia econômica diz respeito à medida em que a diplomacia econômica está ligada ao Estado ou, alternativamente, envolve uma gama mais ampla de atores privados e não-governamentais (Lee e Hocking, 2010). Bayne e Woolcock (2007) argumentam que a diplomacia econômica possibilita os governos a conciliar três tipos de tensões: (i) a tensão entre política e economia; (ii) a tensão entre pressões internacionais e domésticas; e, por fim, (iii) a tensão entre governo e outros atores, tais como empresas privadas e organizações não-governamentais (ONGs). Embora a diplomacia econômica possa estar maioritariamente concentrada no conjunto de ações executadas pelo Estado, esta requer considerar também o ambiente dinâmico onde o Estado opera. Assim, a diplomacia econômica não pode ser separada do contexto doméstico do próprio Estado, e nem da influência de outros atores - sejam internacionais, não-estatais ou transnacionais (Okano-Heijmans, 2011).

A diplomacia é frequentemente vista como o principal mecanismo para a manutenção de relações pacíficas entre os Estados, o que, quando combinado com a visão convencional da natureza anárquica das relações internacionais, sugere que estas assentam e manifestam um conjunto de relações não vinculativas ou voluntárias, onde a cooperação se apresenta como uma alternativa mais eficiente à prossecução dos interesses nacionais. Neste sentido, Woolcock e Bayne (2013) apontam que a diplomacia econômica envolve tanto relações de caráter voluntário como vinculativo entre os Estados. De fato, quando analisamos as relações internacionais através da esfera econômica, encontramos inevitavelmente uma rede mais densa em termos de atores, organizações e regimes internacionais do que no contexto das relações estritamente políticas ou estratégico-militares. Logo, a diplomacia econômica também abrange a tomada de decisões e as negociações que ocorrem nestes organismos internacionais. Tais negociações podem resultar em cooperação voluntária ou compromissos obrigatórios, que quando quebrados geram penalidades financeiras ou asseguram a existência de direitos de retaliação garantidos por tratados internacionais (Woolcock e Bayne, 2013).

A definição de diplomacia econômica de Woolcock e Bayne (2013) não inclui, contudo, o uso de sanções ou incentivos na busca de objetivos políticos ou estratégicos específicos.

Segundo os autores, a diplomacia econômica é sobre a criação e distribuição dos benefícios econômicos das relações econômicas internacionais. Os interesses políticos e estratégicos são, naturalmente, um fator nas negociações econômicas. A conclusão de um acordo comercial ou econômico pode ser visto como um mecanismo privilegiado para promover a estabilidade e o crescimento econômico e, portanto, assegurar a estabilidade política de um país (Woolcock e Bayne, 2013). Por outras palavras, ao analisar a dimensão econômica da diplomacia, é necessário reconhecer que os objetivos políticos são um fator importante para dar início ao processo de negociação, mas também que a agenda negocial, o seu conteúdo e a própria estratégia adotada pelos representantes do Estado são em grande parte determinados por fatores e interesses econômicos.

Woolcock e Bayne (2013) excluem também da sua definição de diplomacia econômica a promoção de exportações ou investimentos. Embora os governos utilizem frequentemente a diplomacia com o objetivo de desenvolver e promover as indústrias nacionais com vantagem competitiva, ao longo das últimas décadas foi registrada uma tendência para que os serviços diplomáticos sejam cada vez mais envolvidos na procura de mercados abertos às empresas nacionais. Neste sentido, os governos têm utilizado não só o estabelecimento e fortalecimento de laços diplomáticos, como também o incentivo à realização de feiras comerciais ou visitas de chefes de estado com o objetivo de promover e proteger os seus interesses comerciais (Woolcock e Bayne, 2013). Os autores apontam que tais atividades, apesar do seu caráter econômico, devem ser compreendidas no âmbito da diplomacia comercial em contraste com a diplomacia econômica, uma vez que a última visa facilitar o comércio e o investimento ao estabelecer a estrutura de regras dentro das quais os mercados e a diplomacia comercial operam.

### **1.1.2. A Diplomacia Comercial**

No contexto de um processo contínuo de globalização e de rápido desenvolvimento tecnológico, a competição econômica internacional em todos os níveis possíveis tornou-se a norma: não apenas empresas comerciais, mas também Estados, regiões e cidades competem na procura de investimento direto estrangeiro ou na alavancagem da internacionalização empresarial (Naray, 2008). Neste contexto, um meio cada vez mais importante para promover e facilitar o processo de internacionalização de empresas nacionais é a utilização de relações diplomáticas. Como consequência, verifica-se uma rápida alteração na prática da diplomacia contemporânea de forma a enfatizar cada vez mais as atividades de caráter comercial (Kostecki e Naray, 2007). De acordo com Lee e Hudson (2004), “as atividades comerciais dos serviços diplomáticos foram centralizadas, [...] ampliadas, e os interesses comerciais foram formalmente integrados dentro dos sistemas diplomáticos” (p. 343). A diplomacia comercial tornou-se, assim, uma prioridade da política externa da grande maioria dos Estados.

Os governos empreendem atividades de promoção e facilitação de negócios para incentivar a competitividade das suas economias, com o objetivo de aproveitar novas oportunidades e responder a potenciais ameaças dos mercados globais, reduzindo assim a sua dependência de mercados únicos e visando assegurar a proteção dos interesses econômicos domésticos, ao mesmo tempo que reforçam a sua posição competitiva no quadro global. Consequentemente, e como apontam alguns autores, atualmente é provável que “a promoção do comércio e dos investimentos seja uma das funções mais importantes da diplomacia” (Hajdukiewicz, 2019, p. 130).

Na literatura acadêmica, é possível encontrar um vasto leque de definições do termo “diplomacia comercial”, conceito cujo caráter e extensão ainda carece de um consenso. Em particular, a relação entre os conceitos de “diplomacia comercial” e “diplomacia econômica” é frequentemente apresentada de formas distintas. Alguns autores argumentam que a diplomacia comercial é parte da diplomacia econômica (Ruël, 2013). Outros, como Potter (2004), apontam que a diplomacia econômica e a diplomacia comercial estão “irrevogavelmente interligadas” (p. 55), uma vez que a diplomacia comercial visa explorar as oportunidades que são criadas pela diplomacia econômica.

Ainda neste âmbito, vários autores distinguem de forma bastante clara a dimensão econômica e comercial da diplomacia. Kostecki e Naray (2007) usam o termo diplomacia comercial para identificar o conjunto de atividades de apoio aos negócios que são realizadas pelos membros de missões diplomáticas e outras agências relacionadas. Na sua interpretação, o comércio também engloba as atividades relacionadas com investimentos, turismo ou propriedade intelectual. Os autores definem a diplomacia comercial como “um serviço governamental à comunidade empresarial [e ao Estado], que visa o desenvolvimento de empreendimentos comerciais internacionais socialmente benéficos” (Kostecki e Naray, 2007, p. 1). Em contraste, Yakop e van Bergeik (2009) entendem a diplomacia comercial como o conjunto de atividades realizadas por funcionários públicos de missões diplomáticas e outros departamentos governamentais, com o objetivo de apoiar a promoção do investimento estrangeiro direto e do comércio internacional, e atuar nas missões comerciais do seu país de origem. Por outro lado, a definição de diplomacia comercial oferecida por Berridge e James (2003) refere-se ao trabalho realizado pelas missões diplomáticas com o objetivo de apoiar os setores comerciais e financeiros do país de origem, e inclui tanto a promoção de investimentos internos como externos, bem como o comércio num sentido mais amplo. Ainda sobre o mesmo tema, Lee (2004) sublinha o crescente papel desempenhado pelo setor privado e, por este motivo, define a diplomacia comercial como “o trabalho de uma rede de atores públicos e privados que administram as relações comerciais utilizando canais e processos diplomáticos” (p. 51).

Entre outros empreendimentos, os esforços comerciais e de promoção comercial de um governo são facilitados pela utilização da sua rede diplomática para defender e promover os interesses comerciais nacionais, ao mesmo tempo que contribuem para o crescimento econômico do país como um todo. Como apontam Reuvers e Ruël (2012):

a diplomacia comercial é o uso de meios diplomáticos para apoiar atividades comerciais, como a promoção da exportação e do investimento estrangeiro direto. É seguida com recursos disponíveis para o país de origem, visando resultados como estabilidade econômica, prosperidade, e uma vantagem competitiva nacional (p. 5).

Podemos portanto afirmar que a rede de representações diplomáticas não somente reflete os laços políticos com outros países, como exerce um papel fundamental na condução de relações diplomáticas que cada vez mais assumem uma natureza comercial (Naray, 2008).

Em suma, a globalização econômica contribuiu de forma decisiva para ampliar a importância estratégica da diplomacia comercial, uma vez que as empresas operam cada vez mais internacionalmente e utilizam o canal diplomático como forma de fazer frente às restrições comerciais num ambiente internacional pautado pela crescente concorrência global. Na mesma linha, os governos têm respondido a estas necessidades pragmáticas enfrentadas pela indústria nacional ao investirem em recursos públicos e engajarem no conjunto de atividades que hoje são fundamentais para a diplomacia comercial. O resultado, em traços gerais, traduz-se na crescente integração econômica global, juntamente com o reforço de boas relações comerciais bilaterais entre países (Hajdukiewicz, 2019).

### **1.1.3. A Diplomacia Cultural**

Se a diplomacia econômica e comercial é muitas vezes confundida dada a sua proximidade e sobreposição operacional, já a diplomacia cultural, apesar de visar objetivos semelhantes, assume um caráter distinto das restantes. Neste contexto, a diplomacia cultural surge frequentemente relacionada ao conceito de *soft power*. De forma sucinta, Nye (2004) define *soft power* como a capacidade de atração de um país por meio da sua cultura, dos seus ideais políticos e das suas políticas. A cultura e a diplomacia cultural, enquanto ferramenta de *soft power*, são consideradas como elementos essenciais da manifestação e expansão do poder na esfera das relações internacionais num mundo globalizado.

A diplomacia cultural é assim tida como parte integrante das atividades diplomáticas de quase todos os governos contemporâneos. Embora atribuída uma importância crescente

nas últimas décadas, esta dimensão específica da diplomacia ainda pode ser considerada a área mais subestimada das atividades diplomáticas dos Estados. A título de exemplo, Pajtinka (2014) aponta que a falta de atenção à diplomacia cultural resulta muito frequentemente de ideias pouco claras sobre o escopo e propósito dos seus fins e atividades.

Os múltiplos discursos sobre diplomacia cultural revelam a incerteza sobre o conceito e a sua relação tanto com objetivos políticos quanto com outros instrumentos de comunicação estratégica (Rawnsley, 2021). Fox (1999) sugere que grande parte da dificuldade em definir o que é a diplomacia cultural “reside nos termos ‘diplomacia’ e ‘cultura’ e sua bagagem semântica” (p. 2). Na mesma linha, Mark (2009) sugere que:

Não há um acordo geral entre estudiosos sobre a relação da diplomacia cultural com a prática da diplomacia, seus objetivos, praticantes, atividades [...] Alguns consideram a diplomacia cultural como um sinônimo de diplomacia pública, outros de relações culturais internacionais ou de uma missão cultural estrangeira de um Estado, e outros as consideram como práticas distintas (p. 4).

Ainda assim, a definição de diplomacia cultural mais recorrentemente citada pela literatura acadêmica foi oferecida por Cummings (2009), que a conceitualiza como “o intercâmbio de ideias, informações, arte, e outros aspectos da cultura entre as nações e seus povos a fim de fomentar a compreensão mútua” (p. 1). De forma semelhante, Varma (2007) sublinha que a cultura:

tem o potencial de moldar, alterar e impactar ideias e opiniões das comunidades públicas [...] a cultura tem a capacidade de resolver tensões e preconceitos - étnicos, religiosos, comunitários, nacionais e internacionais. Pode criar um clima de tolerância, respeito e compreensão entre nações, religiões e regiões inteiras. É, portanto, um meio essencial para o contato e a comunicação pacífica e tolerante (p. 1140).

Também Gienow-Hecht (2003) sugere que a cultura “afeta as nações e os sistemas globais tanto quanto, se não mais, que o poder e os interesses econômicos” (p. 6). Costigliola (2004) nota ainda que uma abordagem cultural da história internacional vê a cultura como um processo dinâmico, onde pessoas em culturas semelhantes entendem o mundo e formam sua percepção de maneira similar, o que resulta em valores mutuamente compreensíveis.

No âmbito desta discussão, é fundamental clarificar as diferenças entre diplomacia cultural e relações culturais. Para Arndt (2005, xviii), as relações culturais “crescem natural e organicamente, sem intervenção governamental”, enquanto a diplomacia cultural “só pode ser dita quando os diplomatas formais, ao serviço dos governos nacionais, tentam moldar e canalizar este fluxo natural para avançar os interesses nacionais”. De forma semelhante, Rivera (2015) sublinha que a diplomacia cultural “adota uma abordagem de promoção e defesa, utilizando o conteúdo cultural para o propósito específico de apoiar os objetivos da política externa e o interesse nacional” (p. 35). Schmidt (2003) argumenta que existe uma dimensão cultural na política externa, onde a cultura pode ser considerada como “um instrumento da diplomacia”, passível de ser “instrumentalizada” para alcançar objetivos de um Estado através do processo de política externa” (p. 117). Também Conze (2003) enfatiza o papel funcional da cultura, onde a conexão entre estados, poder, política externa e cultura tornou-se significativa à medida em que os governos “instrumentalizaram” a cultura com o propósito de difundir imagens culturais e aumentar a “estabilidade, segurança ou mesmo a hegemonia” (p. 119).

Em contraste com o caráter formal e a natureza estratégica da diplomacia cultural, as relações culturais abarcam também as interações cotidianas na sociedade civil, como por exemplo a presença de estudantes estrangeiros em um país ou a interação com as comunidades de uma diáspora. Por outro lado, a diplomacia cultural refere-se ao conjunto de programas ou atividades organizadas pelo governo e suas agências, que utilizam a cultura como um veículo para a promoção dos interesses políticos, estratégicos e nacionais de um país (Rawnsley, 2021). A título de exemplo, em um relatório publicado em 2005 pelo Departamento de Estado dos EUA:

é na atividade cultural que a ideia que uma nação tem de si mesma é melhor representada. E a diplomacia cultural pode melhorar a nossa segurança nacional de forma sutil, ampla e sustentável. De fato, a história pode registrar que as riquezas culturais dos EUA desempenharam um papel não menos importante que a ação militar na formação de nossa liderança internacional (p. 1).

O relatório assinala também que a cultura e a diplomacia cultural podem contribuir para promover uma narrativa mais positiva sobre os valores americanos. Rawnsley (2021) afirma que a diplomacia cultural é, portanto, um instrumento que pode ser utilizado em situações específicas para reforçar outras formas de atividade diplomática e comunicação.

Mas se este fenômeno não é necessariamente recente, o seu caráter e formulação tem evoluído de forma significativa ao longo das últimas décadas. Autores como Mark (2009) apontam que, no âmbito das relações internacionais, se tem verificado uma maior ênfase no uso da diplomacia cultural para uma apresentação mais gerenciada, considerada e

estratégica da imagem nacional de um Estado para o mundo. Esta ênfase reflete o impacto da globalização na forma como os países interagem internacionalmente: os Estados passaram a reconhecer que a sua competitividade internacional beneficia da projeção da sua imagem nacional para atrair não só investimentos estrangeiros, como também migrantes qualificados, turistas e estudantes. Por este motivo, tal projeção da imagem nacional é agora frequentemente gerida por entidades governativas. A definição proposta pelo Ministério da Cultura e Patrimônio da Nova Zelândia vai de encontro a este argumento, ao descrever a diplomacia cultural como “a apresentação internacional de atividades culturais por um Estado para melhorar a compreensão de sua vida cultural e criar uma imagem favorável, a fim de facilitar a melhoria das relações diplomáticas e comerciais” (2000, p. 4).

Tradicionalmente, as expressões culturais da diplomacia cultural compreendiam sobretudo as artes visuais, a literatura, o teatro, a dança e a música; ou seja, a “alta cultura” tradicionalmente associada às elites intelectuais. Nos últimos anos, contudo, a atividade cultural passou a ser vista menos como sendo produzida por e para as elites, e mais frequentemente voltada para a população em geral, integrando cada vez mais a chamada cultura popular. Mark (2009) menciona que exemplos desta nova concepção e abordagem à diplomacia cultural incluem bolsas educacionais, visitas de investigadores, intelectuais e acadêmicos tanto no país como no exterior, a realização de seminários, conferências, eventos desportivos, festivais, apresentações de grupos culturais, exposições de artistas, entre outros. A diplomacia cultural incorpora atividades realizadas por, ou que envolvem, uma ampla variedade de atores e manifestações culturais. Estas atividades, no seu conjunto, manifestam e reforçam um aspecto particular da cultura que a entidade política governativa pretende vincular ao seu país no plano internacional (Mark, 2009).

Como resultado, a cultura, apesar de frequentemente negligenciada no plano doméstico, tem vindo a assumir um papel de destaque na condução da política externa. A natureza mutável da política internacional contribuiu para elevar a importância estratégica das formas intangíveis de poder e, conseqüentemente, deu à cultura um papel privilegiado nas relações internacionais. Neste quadro, podemos afirmar que a diplomacia cultural surge como um instrumento essencial aos Estados, que lhes permite ampliar o leque de estratégias disponíveis para proteger seus interesses e projetar sua posição ao mundo. É evidente que a cultura cria amplas oportunidades para o estabelecimento de um diálogo construtivo entre países, mas também para a criação de uma imagem favorável de um país no contexto internacional. Os aspectos positivos das interações culturais podem efetivamente reforçar a confiança e a compreensão mútua entre povos e nações de todo o mundo, e construir o apoio necessário para a prossecução de objetivos políticos e econômicos.

## **1.2. Metodologia**

Como referido, o objetivo deste relatório é explorar as relações entre Portugal e o Canadá, analisando o papel desempenhado pelo corpo diplomático português na promoção dos interesses nacionais e no desenvolvimento das relações bilaterais, bem como perceber a importância assumida pelas múltiplas atividades realizadas pela estrutura diplomática portuguesa em Ottawa para os membros de sua diáspora. Neste sentido, a metodologia aqui apresentada reflete o percurso seguido durante a realização do estágio e visa apoiar a elaboração do presente relatório, tendo em conta os objetivos previamente delineados. A abordagem utilizada é de natureza qualitativa, sendo a observação participante e a análise documental as duas principais ferramentas de análise utilizadas na reflexão sobre o estágio e sobre o papel da missão diplomática de Portugal em Ottawa.

Como refere Severino (2007), a abordagem qualitativa é particularmente útil quando a investigação tem como objetivo compreender o objeto de estudo de uma forma que inclua a percepção do investigador com o mesmo, abrindo espaço para incorporar na análise a sua própria interpretação. Na mesma linha, Oliveira et al. (2020) apontam que “uma pesquisa de natureza qualitativa busca dar respostas a questões muito particulares, específicas, que precisam de elucidações mais analíticas e descritivas” (p. 2). Apesar de não ser um exercício meramente descritivo, um relatório de estágio é, dada a sua própria natureza, um exercício reflexivo, onde a experiência e percepção do investigador e do seu percurso ao longo do estágio se entrecruzam com uma análise mais refinada e objetiva da entidade de acolhimento, da sua missão, atividades e estrutura, bem como da forma que estas dialogam com a literatura especializada em que o mestrado se insere.

Ademais, a investigação qualitativa também facilita a opção de uma abordagem multimetodológica, que combina uma variedade de métodos, técnicas, e instrumentos a serem utilizados na recolha, análise e interpretação dos dados. Por outras palavras, a análise qualitativa não limita o leque de estratégias de investigação, mas condiciona o caráter da informação que pode ser recolhida e, naturalmente, das conclusões que podem ser levantadas através da análise. De acordo com Kripka, Scheller e Bonotto (2015), os questionários, as entrevistas, a observação, os grupos focais e a análise documental são os métodos utilizados mais frequentemente por quem privilegia uma abordagem qualitativa.

Todavia, nos casos em que a experiência e perspectiva pessoal assumem um papel central na estratégia metodológica, a observação assume uma relevância automática tanto na recolha como na análise e reflexão sobre o objeto de estudo. A este respeito, Moura, Ferreira e Paine (1998) apontam que a observação enquanto técnica de pesquisa qualitativa tem como principal finalidade apoiar a recolha de registros acerca de um determinado fenómeno observado, através do contato direto ou de instrumentos que

auxiliem o processo de observação. Ao realizar o registro da observação e interpretação dos dados, o investigador deve analisar o cenário de uma forma que consiga relacionar a dimensão subjetiva com o ambiente de pesquisa e o referencial teórico (Belei et al., 2008).

Enquanto método de investigação qualitativa, Correia (1999) destaca que “a Observação Participante é realizada em contato direto, frequente e prolongado do investigador com os atores sociais [...] sendo o próprio investigador instrumento de pesquisa” (p. 31). De forma semelhante, Musante (2015) afirma que o método de observação participante incorpora na análise a recolha e o registro das informações obtidas pela participação em determinado ambiente social. Já Denzin (1989) considera a observação participante uma estratégia de campo que combina simultaneamente a análise de documentos, a entrevista, a participação, a observação direta e a introspecção, integrando, desta forma, diversas técnicas de pesquisa qualitativa. Assim, podemos considerar a observação participante como uma metodologia que se pode operacionalizar através da combinação de vários métodos.

Para a elaboração deste relatório, e dada a própria natureza do objeto de estudo, também a análise de documentos oficiais assumiu um papel central na estratégia de investigação. No que diz respeito à análise documental, Guba e Lincoln (1981) afirmam que esta consiste em um exame de diversos materiais que ainda não sofreram nenhum tratamento de análise, ou que podem ser reexaminados, na busca por outras interpretações ou informações complementares através de documentos. Neste sentido, torna-se necessário definir o próprio conceito de “documento”.

Houaiss (2008) define documento como “1. declaração escrita, oficialmente reconhecida, que serve de prova de um acontecimento, fato ou estado; 2. qualquer objeto que comprove, elucide, prove ou registre um fato, acontecimento” (p. 260). Alargando um pouco esta interpretação, Godoy (1995) afirma que quando nos referimos a “documentos”, devemos também incluir:

materiais escritos (como, por exemplo, jornais, revistas, diários, obras literárias, científicas e técnicas, cartas, memorandos, relatórios), as estatísticas (que produzem um registro ordenado e regular de vários aspectos da vida de determinada sociedade) e os elementos iconográficos (como, por exemplo, sinais, grafismos, imagens, fotografias, filmes) (pp. 21-22).

Ainda assim, e como sugerem Lima et al. (2021), a pesquisa documental não deve ser confundida com a pesquisa bibliográfica, uma vez que estas se divergem quanto à fonte dos documentos. Segundo Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009):

a pesquisa bibliográfica remete para as contribuições de diferentes autores sobre o tema, atentando para as fontes secundárias, enquanto a pesquisa documental recorre a materiais que ainda não receberam tratamento analítico, ou seja, as fontes primárias (p. 6).

Kripka, Scheller e Bonotto (2015) notam ainda que a escolha dos documentos não pode ser aleatória, uma vez que esta deve ser sempre efetuada em função do problema e questão de investigação a qual pretende responder. Neste caso específico, em que o objeto de análise é a missão diplomática de Portugal em Ottawa, concordamos com Gil (2010) quando sugere e classifica registros estatísticos e registros institucionais como as fontes mais relevantes na análise documental. O autor explica que os registros fornecidos por instituições governamentais e não-governamentais - como projetos de lei, relatórios de órgãos governamentais, atas de reuniões, relatórios de associações comerciais e industriais, entre outros - também são úteis na pesquisa social.

Assim, a escolha metodológica para este relatório está naturalmente alinhada ao contexto de realização de um estágio, onde a observação participante foi proporcionada pela interação das funções desenvolvidas na Embaixada de Portugal em Ottawa de forma a caracterizar e compreender a sua atuação, combinando simultaneamente a análise documental para fundamentar e complementar as vertentes conceitual e analítica presentes neste trabalho.

Relativamente à escolha dos documentos analisados, estes vão de encontro com os objetivos iniciais definidos para o relatório. Uma breve observação acerca da Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas (CVRD) permite perceber o caráter e as especificidades das missões diplomáticas e, mais precisamente, das embaixadas, como um instrumento regulador e essencial à condução de relações entre agentes diplomáticos e Estados receptores. No que diz respeito ao CETA, a sua análise torna possível uma compreensão das componentes do acordo e as respectivas vantagens para o desenvolvimento das relações económicas e comerciais entre Portugal e o Canadá.

Cumprir ainda referir que, para efeitos ilustrativos, foram pontualmente utilizados registros estatísticos sobre a análise da entrada de portugueses e sobre o volume de exportações de Portugal para o Canadá, com o objetivo de oferecer uma perspectiva mais refinada acerca do processo migratório da comunidade portuguesa e da sua importância na relação comercial e cultural com o Canadá. Quanto aos registros fornecidos por instituições governamentais, o Plano de Atividades da Embaixada de Portugal em Ottawa indica as principais competências desta missão diplomática, sendo a sua análise imprescindível para compreender o trabalho da Embaixada na promoção das relações bilaterais com o Canadá.

## **Capítulo II - O Exercício da Missão Diplomática Portuguesa**

Após oferecer um enquadramento conceitual e metodológico que sustenta este relatório, o segundo capítulo procura enquadrar o contexto em que se insere o objeto de estudo e, mais especificamente, clarificar a sua função no plano das relações internacionais. Para este fim, o presente capítulo explora o caráter e as especificidades das missões diplomáticas, tendo como foco principal o papel assumido pelas embaixadas residentes no fortalecimento de relações bilaterais. Em seguida, será apresentada uma narrativa histórica sobre a evolução e atuação da política externa e da diplomacia portuguesa.

Em traços gerais, o argumento aqui apresentado sugere que a era da diplomacia moderna começou após a Guerra Fria, mas como uma ferramenta de comunicação única, a prática diplomática data das origens do mundo (Hamilton e Langhorne, 2011). Ao longo do tempo, a diplomacia evoluiu para desempenhar um papel essencial na resolução e mediação de conflitos. Através do intercâmbio de enviados entre países, foi possível manter canais de comunicação oficiais entre as partes envolvidas e, não menos importante, a possibilidade de estabelecer alianças que visavam prevenir novos confrontos.

De acordo com Hamilton e Langhorne (2011), à medida que os Estados começaram a evoluir na Europa no final da Idade Média e que, em meados do século XX, tornaram-se estruturas universalmente aceitas, a diplomacia ganhou força como meio legítimo para responder a questões emergentes de sociedades cada vez mais estruturadas e complexas. A este fator acresceu também a interdependência crescente entre Estados, que veio reforçar a necessidade de cooperar para responder a problemas comuns. Foi neste contexto que a prossecução de uma diplomacia eficiente e articulada passou a requerer a existência de uma representação permanente dos Estados em organismos internacionais, a par de especialistas técnicos, bem como o estabelecimento de escritórios estrangeiros com a capacidade e legitimidade para atuar como agentes diplomáticos.

As relações diplomáticas entre Estados podem ser estabelecidas através de contatos amigáveis de qualquer forma entre seus respectivos governos. Todavia, relações diplomáticas permanentes são consideradas como existentes apenas com o estabelecimento de uma missão diplomática, ou de preferência com o intercâmbio de missões diplomáticas (Feltham, 2012). De modo geral, as missões diplomáticas existem para representar qualquer Estado emissor em um Estado receptor, e assim salvaguardar os interesses nacionais no estrangeiro. Como aponta Malone (2012), as embaixadas predominam nas missões diplomáticas em relações bilaterais. Segundo o autor, as funções

de uma embaixada abarcam uma ampla gama de atividades que são, em grande parte, ditadas pela natureza e escala da relação bilateral entre os países envolvidos.

## **2.1. As Embaixadas**

De acordo com Berridge (2015), as embaixadas residentes são o meio usual de conduzir a diplomacia entre Estados soberanos. No final do século XV, houve uma intensificação da atividade diplomática na Europa, especialmente na península italiana, e as embaixadas residentes assumiram responsabilidades ampliadas. Berridge (2015) aponta que tais embaixadas reduziram não apenas os riscos e despesas de viagens constantes durante a Idade Média, como também deram apoio à elaboração, preparação, condução e acompanhamento de relatórios políticos e negociações de forma mais discreta. Neste sentido, Mattingly (1988) afirma que a necessidade de uma representação permanente e de negociação contínua trouxe implicações em termos de prática profissional. O autor aponta que a ascensão da embaixada residente é vista como a principal inovação que sublinha a mudança da vocação diplomática “ocasional” para a “permanente”.

Apesar de, nesta época, a maioria dos estados apresentar uma posição inicial relutante face às embaixadas, as missões residentes tornaram-se uma instituição de elevada importância no século XVI. Até o início do século XX, tais missões ocorriam principalmente entre monarquias e repúblicas. Mas com o avanço da descolonização após o fim da Segunda Guerra Mundial, as embaixadas passaram a ser o meio usual de representação entre os novos Estados independentes (Berridge, 2015).

Gradualmente, foi desenvolvido entre juristas o consenso de que os diplomatas, juntamente com suas famílias, funcionários oficiais, meios de comunicação, transporte e edifícios, deveriam estar abrigados por um conjunto de privilégios e imunidades, previstos e protegidos pelo direito penal e civil. Ainda assim, nem sempre existiu um consenso sobre esta temática. Enquanto alguns consideravam as embaixadas uma extensão do território do Estado de envio, outros defendiam que o tratamento especial repousava no caráter de “representante pleno” de um soberano (Berridge, 2015). Assim, de acordo com Berridge (2015), a teoria funcional foi ganhando terreno e sustentando que a proteção legal dos diplomatas era essencial porque, sem esta, poderiam estar sujeitos a assédios locais que impossibilitariam o desempenho efetivo das suas funções essenciais.

Um elemento fundamental para a afirmação da diplomacia como principal mecanismo de política externa e harmonização das suas práticas, deveres e direitos no plano internacional foi o estabelecimento de um quadro normativo comum. Assim, o corpus do direito diplomático foi determinado na Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas (CVRD) em 1961. A CVRD codifica o ramo do direito internacional relativo aos direitos e

deveres dos Estados na condução de relações diplomáticas entre si, e regula os privilégios e imunidades de que dispõem os funcionários das missões diplomáticas (Lima, 2002). O artigo 3º da CVRD estabelece as funções de uma missão diplomática, que consistem em:

- a) Representar o Estado acreditante perante o Estado acreditador;
- b) Proteger no Estado acreditador os interesses do Estado acreditante e de seus nacionais, dentro dos limites estabelecidos pelo direito internacional;
- c) Negociar com o Governo do Estado acreditador;
- d) Inteirar-se por todos os meios lícitos das condições existentes e da evolução dos acontecimentos no Estado acreditador e informar a esse respeito o Governo do Estado acreditante;
- e) Promover relações amistosas e desenvolver as relações econômicas, culturais e científicas entre o Estado acreditante e o Estado acreditador (CVRD, 1961).

A nível prático, as embaixadas são normalmente lideradas por um embaixador, comumente designado por chefe de missão, apoiado por um chefe de missão adjunto com experiência e cargo suficientes para conduzir a missão quando necessário, o denominado “*chargé d'affaires*”. No direito diplomático, as instalações da embaixada incluem a residência do chefe de missão, bem como a parte comercial ou “chancelaria”, mesmo que muitas vezes estejam fisicamente separadas. A chancelaria é dividida em várias seções que incluem, tradicionalmente, administração, política, econômico-comercial, defesa, diplomacia pública, cultural e consular. Quando outras seções também existem, Berridge (2015) nota que suas funções costumam refletir as especificidades dos serviços diplomáticos nacionais e as prioridades de um relacionamento em particular. A título de exemplo, o autor menciona a seção de energia nuclear presente na Embaixada da França em Delhi, e duas seções da Embaixada dos EUA na Cidade do México que tratam de narcóticos, do manuseio de alfândegas e da proteção de fronteiras.

Ainda a nível operacional, é importante notar que tanto a dimensão como a composição das embaixadas e outras missões diplomáticas costumam variar. Por um lado, é comum encontrar postos mais reduzidos, compostos apenas pelo embaixador e um número limitado de funcionários; por outro, existem as grandes missões, constituídas por diferentes agências e departamentos, com maior número de funcionários contratados (Rana, 2013). Tal variação pode ser entendida pela existência, em maior ou menor grau, de uma parceria prolongada, importância estratégica ou pela presença de uma forte comunidade nacional residente naquele território. Tendo em conta a impossibilidade de alcance universal por parte das representações diplomáticas, os chamados embaixadores

não residentes podem também representar o seu país em mais de um Estado e, por regra, não residem na nação à qual estão acreditados.

No que diz respeito ao papel das embaixadas, Rana (2013) aponta que este atualmente inclui, para além da representação e da comunicação, a negociação e a prestação de serviços. Pigman (2010) refere que a representação começa com a noção do próprio ator diplomático e como este se representa a quem deseja estabelecer e manter uma relação ou diálogo. A comunicação diplomática, dada a sua natureza, deve ocorrer não entre entidades coletivas ou agregadas, como Estados-nação, organizações multinacionais ou empresas globais, mas entre os indivíduos encarregados de representar um Estado (Pigman, 2010). Na diplomacia, a comunicação é a base para a construção de relações e, por este motivo, os diplomatas são os responsáveis por impulsionar a criação de novas conexões entre atores nacionais e estrangeiros, bem como aprimorar as relações já existentes.

Relativamente à negociação, Rana (2013) aponta que as embaixadas auxiliam o processo de pré-negociação ao enquadrar questões, sondar as diferentes partes interessadas e atuar como facilitadores locais, podendo também desempenhar um papel na fase de pós-negociação e implementação. A negociação, em um sentido amplo, está no centro da diplomacia. Mas em termos do trabalho efetivo que é realizado pelas embaixadas, a tarefa é cada vez menos produzir acordos ratificados e mais assegurar a defesa, persuasão e formação de coligações. Atualmente, o processo de negociação envolve diferentes atores estatais e não estatais. Entre aqueles que podem incluir uma negociação, o autor menciona a comunicação social, *think tanks*, partidos políticos, atores da sociedade civil, empresas, e outros atores que podem influenciar uma negociação e, desta forma, contribuir para determinar o seu resultado.

No que respeita à prestação de serviços, o autor afirma que o trabalho consular tornou-se uma atividade estratégica que combina vários fatores, incluindo a atenção à comunicação social e a gestão de expectativas do público. Este trabalho passou também a estar intimamente ligado a atividades que incluem a promoção econômica, a diplomacia pública e o uso das diásporas na construção de relações (Rana, 2013). Os consulados funcionam como uma extensão da embaixada, uma vez que têm como principal função executar serviços consulares e administrativos, como por exemplo a emissão ou renovação de documentos nacionais, passaportes, vistos de viagem, entre outros tipos de assistência, bem como informar, comunicar e interagir com a sociedade civil. Ambas as componentes da ação consular contribuem para a imagem tanto da embaixada quanto do consulado.

## **2.2. A Política Externa de Portugal**

De acordo com Nicholson (1939), os conceitos de diplomacia e política externa são muitas vezes utilizados na literatura de forma intercambiável. Patrício (2014) aponta que a política externa caracteriza-se por agregar valores, interesses, objetivos, decisões e ações que um Estado deseja implementar no plano internacional, compondo as linhas de orientação estratégica desenvolvidas fora de suas fronteiras territoriais. Já Berridge (2015) entende a diplomacia como uma atividade política que tem como objetivo garantir políticas externas sem o uso da força. Também Magalhães (2005) afirma que a diplomacia surge como um “instrumento ao serviço da política externa” que coloca em “contacto os governos de dois ou mais Estados” (p. 84).

Assim, e como aponta Hocking (2016), a política externa e a diplomacia podem ser consideradas componentes distintas, mas interligadas, em um processo através do qual os objetivos das políticas de um ator para a gestão das relações internacionais são alcançados através do emprego de uma série de técnicas e estratégias institucionalizadas, mediadas por um conjunto de estruturas, regras e normas estabelecidas.

No que diz respeito à política externa portuguesa, Sá (2016) argumenta que o entendimento adequado acerca desta vertente implica compreender quais são os seus eixos de inserção internacional e os contextos em que estes se desenvolvem historicamente. Segundo o autor, fatores como a localização geográfica, os recursos que esta lhe proporciona, a distribuição de poder global ou regional, e a identidade cultural que se foi criando ao longo dos séculos, têm resultado na consolidação das grandes constantes da política externa de Portugal.

O consenso geral presente na literatura assenta nas transformações significativas que a política externa portuguesa sofreu com o fim do regime autoritário e o processo de transição democrática a partir de 1974 (Freire, 2022; Pereira, 2018; Teixeira, 2010). A Europa, o Atlântico e o mundo lusófono passaram a constituir as principais prioridades estratégicas de Portugal no plano internacional. Pereira (2018) aponta que a estas prioridades foram sendo introduzidas novas dimensões pelos sucessivos governos portugueses, nomeadamente a internacionalização da economia, o reforço do multilateralismo, e a valorização e o apoio às comunidades portuguesas. Cada um destes três eixos são assim pautados pelas suas próprias especificidades em termos de atribuição estratégica para Portugal.

Em relação ao eixo atlântico, Gama (1997) afirma que Portugal é “uma nação detentora de uma forte vocação marítima”, e a sua localização estratégica “lhe tem conferido, ao longo da história, a possibilidade de ser uma ponte de ligação entre a Europa, a América, a África

e a Ásia” (p. 47). Desta forma, Teixeira (2010) aponta que o eixo atlântico representa uma importante tendência de continuidade histórica da política externa portuguesa, tendo desempenhado um papel fundamental para Portugal não só a nível da orientação externa, como também da estabilização do país a nível doméstico. O autor aponta o reforço das relações bilaterais com os EUA e os compromissos militares com a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) como as duas grandes linhas de ação externa mais evidentes desta dimensão.

No segundo eixo, o projeto europeu surge como a grande inovação da política externa do regime democrático enquanto opção estratégica e projeto político (Teixeira, 2010). Como ressalta Pereira (2018), desde a sua adesão às antigas Comunidades Europeias em 1986, Portugal vem assumindo um compromisso em participar ativamente na construção e fortalecimento do projeto europeu, algo que tem sido benéfico não apenas para projetar a nova imagem democrática do país no exterior, como para acelerar o seu desenvolvimento social e a sua integração e modernização na economia global. O compromisso com o projeto europeu deu também outra profundidade à presença fundadora do país na OTAN, e posicionou Portugal como parte integrante do espaço Ibero-Americano (Pereira, 2018).

Teixeira (2010) acrescenta ainda o estabelecimento das relações de cooperação e amizade com os novos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e o renovar das relações com o Brasil como as linhas fundamentais de orientação estratégica da política externa da democracia.

Assim, o eixo lusófono foi concretizado através das relações de Portugal com os países africanos de língua portuguesa, bem como com o Brasil e o Timor Leste, que hoje formam conjuntamente a Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP). Atualmente, a CPLP constitui um fórum institucionalizado da lusofonia, unido pelo fator linguístico comum e enriquecido pela diversidade das culturas dos estados membros (Santos, 2005). Portugal e a diplomacia portuguesa têm procurado, assim, consolidar o seu papel como país de referência neste âmbito, seja através do ensino da língua ou da promoção de atividades culturais.

Já a nível das mudanças que pautaram a política externa portuguesa no período recente, Crespo e Tomás (2017) apontam que a economia portuguesa tem vivido um processo crescente de internacionalização, especialmente após a sua adesão à UE. Nesta mesma linha, Pereira (2018) aponta que a internacionalização da economia portuguesa se deu não só através de um incentivo às exportações no sentido clássico, mas também através da promoção da língua, da cultura, da cooperação para o desenvolvimento, da mobilidade internacional, e da diplomacia científica. Estas áreas oferecem possibilidades significativas

de cooperação mútua, e a política externa contribui para promover e estabelecer vínculos duradouros entre estas (Pereira, 2018).

Outro aspecto importante é a crescente presença portuguesa no plano multilateral através da representação em diversas organizações internacionais. Pereira (2018) aponta que a ampla participação de Portugal, sobretudo no quadro da Organização das Nações Unidas (ONU), dá-se principalmente porque, ao apoiar parceiros com objetivos comuns, o país consegue também reforçar o seu prestígio e influência no mundo. Neste sentido, Silva (2018) reforça que a política externa portuguesa contribui para valorizar o multilateralismo como condição necessária para a ordem internacional. Segundo o autor, “a valorização e o empenhamento no multilateralismo é uma marca genética da democracia portuguesa”, existindo “a plena consciência de que o nosso lugar é com os outros, com eles nos comparamos e com eles interagimos” (p. 21).

Estes três eixos da política externa, assim como as novas opções estratégicas da diplomacia portuguesa, naturalmente se refletem na relação com a sua diáspora pelo mundo. Enquanto confirmava o compromisso com o projeto europeu, Portugal demandava atenção às necessidades de diversas comunidades de origem portuguesa que, a partir do século XIX, depois de sucessivas ondas migratórias, se espalhavam pelo mundo. De acordo com Pereira (2018), cerca de um terço dos cidadãos portugueses residem fora de Portugal - estas comunidades representam relevância na política externa portuguesa, nomeadamente na promoção dos investimentos e do comércio, na divulgação da língua e cultura portuguesas, e no reforço dos laços políticos entre Estados, considerando que são indivíduos bem integrados e economicamente estáveis. A este respeito, Silva (2018) afirma que a ligação com as comunidades portuguesas “constitui um eixo absolutamente central da política pública e uma responsabilidade de toda a equipa política do MNE” (p. 13).

### **2.3. A Diplomacia Portuguesa**

Apesar dos aspectos que são comuns a todos os corpos diplomáticos, há evidentemente uma série de especificidades e diferenças entre países, como atesta o caso português. A este respeito, o Observatório de Relações Exteriores (OBSERVARE) da Universidade Autónoma de Lisboa realizou, em 2017, um estudo detalhado sobre a estrutura das representações diplomáticas de Portugal. Em traços gerais, o estudo aponta para as principais dinâmicas de ruptura e continuidade na diplomacia portuguesa, analisando com detalhe os momentos centrais para o fortalecimento dos principais eixos desta diplomacia.

Segundo Moita et al. (2019), a diplomacia portuguesa passou por fases de transição, resultantes de alterações na estrutura dos postos diplomáticos e de uma maior prática

multilateral, assim como por momentos de mobilização, que ocasionaram o reforço de relações já estabelecidas e a criação de novos canais diplomáticos. Teixeira (2004) aponta que a Revolução de 25 de Abril de 1974 foi uma das transformações responsáveis por retirar o país do isolamento em relação à comunidade internacional. A partir deste momento, Portugal estabeleceu novas relações diplomáticas bilaterais, e as relações com os Estados emergentes da descolonização portuguesa constituíram um objetivo importante para a diplomacia portuguesa.

No contexto multilateral, Moita et al. (2019) mencionam que a participação de Portugal na OTAN reconstruiu um clima de confiança entre os seus aliados, e a adesão às comunidades europeias em 1986 fez com que Portugal se relacionasse de forma intensa com os então membros da Comunidade Económica Europeia (CEE). Também o estabelecimento da CPLP em 1996 exigiu o engajamento multilateral de Portugal com os Estados africanos independentes, e originou uma parceria relevante com o Brasil.

O estudo assinala as presidências de Portugal no Conselho da UE como outro momento de forte impacto. Portugal presidiu por três vezes em 1992, 2000 e 2007, e promoveu os relacionamentos da Europa com a África, a América Latina, a Índia e o Brasil. Por este motivo, Moita et al. (2019) afirmam que ocorreu uma evolução da prática diplomática e de seus agentes pela necessidade de promover um entendimento amplo com seus parceiros. Os ciclos de negociação que levaram Portugal à condição de membro não permanente do Conselho de Segurança da ONU em 1979, 1997 e 2011 constituem outro momento significativo. Em conjunto, estes eventos reforçaram a interação com países que tradicionalmente não estavam muito presentes na prática diplomática portuguesa, como os países dos continentes africano, asiático, e do mundo árabe (Moita et al., 2019). O estudo aponta também o empenho persistente de Portugal na defesa do direito dos timorenses à autodeterminação como outro processo marcante do exercício diplomático português nas décadas recentes.

Para além das delegações junto da ONU, da OTAN e da CPLP, a estrutura diplomática portuguesa consiste no conjunto das embaixadas bilaterais e dos diplomatas prestadores de serviço. Segundo o Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE), existem um total de 133 postos diplomáticos, dos quais 76 são embaixadas, 48 são postos consulares e nove são representações e missões permanentes. Das 76 embaixadas, 29 encontram-se na Europa, 18 na África, 16 na Ásia, 12 nas Américas, e uma na Oceânia.

A representação diplomática de Portugal é realizada sobretudo pela embaixada. Mas para além da diplomacia política, pessoas e funções integram outras designações, nomeadamente a diplomacia cultural, a diplomacia económica, e os serviços consulares. As diplomacias cultural e económica são representadas pelo Camões - Instituto da

Cooperação e da Língua, I.P., e pela Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal (AICEP), respectivamente.

Em relação às dimensões econômica e comercial da diplomacia, Romão (2019) aponta que o Estado Novo deu os primeiros passos para o desenvolvimento de instrumentos institucionais de apoio às exportações nacionais, através da criação do Fundo de Fomento de Exportação em 1949, e do Instituto Português de Fomento da Exportação em 1977, que acabou por não ser implementado. Já em 1982, foi criado o Instituto do Comércio Externo de Portugal (ICEP), que contava com delegações no estrangeiro articuladas com o MNE. Os chefes das delegações, segundo o autor, acabaram por assumir o papel de conselheiros comerciais das embaixadas.

Em 2002, foi criada a Agência Portuguesa para o Investimento (API), com a função de captar investimento estrangeiro produtivo. A API articula-se com o ICEP e com as redes diplomáticas e consulares portuguesas. Ambas as instituições foram fundidas em 2007, estabelecendo a atual AICEP, que tem como função principal a captação de investimento estrangeiro e a promoção das exportações nacionais para a ação econômica externa de Portugal. Romão (2019) refere que os delegados da AICEP no estrangeiro têm estatuto diplomático e são geralmente acreditados junto das respectivas embaixadas como conselheiros econômicos e comerciais. Pacheco e Matos (2021) afirmam que esta estratégia pretendeu transformar embaixadas e consulados em "centros de negócios" para empresas, produtos e marcas portuguesas, promovendo a coordenação entre visitas oficiais e missões empresariais.

No que respeita à designação da ação cultural externa, a diplomacia cultural visa a internacionalização da cultura portuguesa. No âmbito do MNE, a ação cultural é uma das atribuições fundamentais do Instituto Camões, que assume a vertente da cooperação internacional a par das vertentes cultural e linguística. Moita et al. (2019) apontam que a rede de embaixadas e consulados também constituem uma importante estrutura para a concretização de iniciativas culturais, sendo responsáveis pela coordenação local.

Relativamente à atividade consular, segundo o Instituto Diplomático do MNE, os postos consulares são classificados em consulados-gerais; consulados; vice-consulados; agências consulares e consulados honorários. Atualmente, a rede consular portuguesa contabiliza, sem contar os consulados honorários, 116 postos consulares. A primeira função dos consulados é defender os interesses de Portugal e de seus nacionais no estrangeiro, mas a atividade consular concentra-se, sobretudo, no apoio administrativo aos cidadãos portugueses.

## **Capítulo III - As Relações Portugal-Canadá**

O terceiro capítulo oferece, em um primeiro momento, uma breve definição do conceito de diáspora. Sendo a comunidade portuguesa um eixo central da política externa de Portugal, explora-se como o Estado português instrumentaliza a sua diáspora. Em seguida, o capítulo aborda as relações Portugal-Canadá, apresentando a vertente histórica inicial da diáspora portuguesa e o seu processo de assimilação na sociedade canadense. Por fim, são apresentadas as origens do CETA e a sua importância econômica e comercial para Portugal.

### **3.1. As Diásporas e a Política Externa de Portugal**

#### **3.1.1. As Diásporas**

O aumento dramático da migração desde a Segunda Guerra Mundial resultou em uma atenção muito maior ao fenômeno das diásporas e ao seu estudo. O principal desenvolvimento do interesse e ocupação acadêmica com as diásporas começou no final dos anos 70, com a magnitude das migrações contemporâneas, e no início dos anos 90, enfatizando em grande parte questões de identidade e pertença. Originalmente associado à experiência histórica de grupos particulares, especificamente judeus e armênios, o campo de estudo e o debate acerca do conceito de diáspora desenvolveram-se consideravelmente (Bauböck e Faist, 2010; Král, 2020).

Enquanto a diáspora clássica está em grande parte diretamente associada ao exílio, Reis (2004) afirma que o entendimento atual das diásporas não implica necessariamente uma ruptura decisiva com o país de origem. De acordo com Král (2020), as diásporas contemporâneas são frequentemente associadas ao forte vínculo com sua pátria. Neste sentido, e num contexto de crescente globalização e migrações econômicas, o conceito de transnacionalismo também se torna evidente.

Segundo Gonçalves (2009), “nos processos migratórios contemporâneos, por vezes os migrantes mantêm múltiplas relações tanto na sociedade acolhedora como na sociedade de origem, apontando estas relações para o contexto transnacional da mobilidade populacional” (p. 39). Aqui, o processo de globalização das diásporas reside no fato de que os avanços tecnológicos nas comunicações e transportes promovem a manutenção de laços ainda mais estreitos entre os países de origem e de destino, criando condições para o aumento da comunicação e do intercâmbio transfronteiriço (Benn e Hall, 2000; Reis, 2004).

Nesta mesma linha, Carment e Bercuson (2008) argumentam que o termo diáspora “reflete o aumento de populações verdadeiramente transnacionais, pessoas que podem ser consideradas como vivendo quase literalmente em dois lugares, desempenhando um papel ativo em duas comunidades simultaneamente” (pp. 6-7). Sheffer (1986) também define as diásporas como “grupos étnicos minoritários de origem migrante que residem e atuam nos países de destino, mas que mantêm fortes laços sentimentais e materiais com seus países de origem - suas pátrias” (p. 3). A Organização Internacional para as Migrações (OIM) entende diáspora como o conjunto de:

migrantes ou descendentes de migrantes cuja identidade e sentido de pertença, real ou simbólica, foram moldados por sua experiência e formação migratória. Mantêm vínculos com suas pátrias e uns com os outros, baseados em um senso comum de história, identidade ou experiências mútuas no país de destino (2019, p. 49).

Assim, embora o conceito de diáspora tenha sido inicialmente utilizado para descrever movimentos forçados de certos grupos, as diásporas atualmente referem-se, de forma geral, aos indivíduos migrantes que se identificam e mantêm ligações com seu país de origem. Estas ligações, sejam culturais, linguísticas, históricas, religiosas ou afetivas, são o que distinguem os grupos das diásporas de outras comunidades. Como afirma Shuval (2000), “o discurso da diáspora reflete um sentimento de fazer parte de uma rede transnacional contínua que inclui pessoas dispersas que mantêm um senso de sua singularidade e um interesse em sua pátria” (p. 43).

A pesquisa dentro dos estudos da diáspora tem analisado criticamente as recentes iniciativas estatais que envolvem as diásporas para fins políticos e de desenvolvimento nacional (Gamlen, 2008; Ho et al., 2015). De acordo com Newland e Plaza (2013), as diásporas podem e, em muitos casos, desempenham um papel importante no crescimento econômico de seus países de origem, e os governos nacionais cada vez mais reconhecem suas diásporas como fontes de conhecimento, habilidades, investimento e conexões comerciais.

Relativamente ao comércio, a presença de uma diáspora cria conexões entre produtores e consumidores nos países de origem e de destino. Ao consumir os produtos do seu país de origem, as populações da diáspora também introduzem estes produtos em novos mercados. Quanto aos investimentos, estes podem incluir investimentos estrangeiros diretos e indiretos, bem como o crescimento de setores específicos como o turismo ou a tecnologia de informação; as diásporas desempenham um papel duplo semelhante ao investir diretamente em seus países de origem ou persuadir outros investidores. As diásporas também conectam setores públicos e privados a conhecimentos não disponíveis

em sua origem, uma vez que frequentemente adquirem competências, experiências e contatos no exterior que podem ser transferidos de volta para o seu país de origem, ajudando a criação de negócios e estimulando o empreendedorismo, bem como impulsionando indústrias emergentes (Newland e Plaza, 2013). Oliveira (2013) nota também que as diásporas são “pontos de apoio e de criação de interesse para a manutenção e o ensino da língua de herança no exterior e importante razão para o intercâmbio comercial e cultural” (p. 411).

Assim, as diásporas são cada vez mais reconhecidas como atores importantes para a agenda nacional. Como argumentam Newland e Plaza (2013), ao estabelecer instituições que implementam políticas de envolvimento, construir relações sólidas com sua diáspora, fortalecer seu sentimento de pertença, e facilitar seu envolvimento no país de origem, os governos conseguem promover a participação dos membros de sua diáspora em atividades economicamente produtivas.

Neste sentido, Dufoix (2008) contribui para o discurso de que a existência e a organização de uma comunidade nacional em um país de acolhimento estão intimamente ligadas ao país de origem dos indivíduos. O autor nota que instituições oficiais - embaixadas, consulados, centros culturais, estabelecimentos educacionais - desempenham um papel central, assim como as próprias associações de emigrados. Além disso, o Estado pode também criar ou apoiar uma organização destinada a reunir tais associações de modo a assegurar a representação de seus cidadãos estrangeiros.

### **3.1.2. A Política Externa Portuguesa e a Diáspora**

Apesar de ser um tema particularmente caro à Sociologia, a influência das diásporas na política externa também já foi amplamente discutida no âmbito das RI. Entretanto, não obstante a existência de alguns estudos acerca da diáspora portuguesa nas vertentes sociológica e econômica (Baganha, 1994; Arroteia, 2001), as publicações científicas recentes com enfoque no papel da diáspora portuguesa na política externa de Portugal são escassas, à exceção do trabalho de Sousa (2017), que aborda as relações das comunidades portuguesas residentes no estrangeiro com o Estado português.

Sendo as relações com as comunidades residentes no estrangeiro um dos elementos estruturais da política externa portuguesa, Sousa (2017) analisou os principais instrumentos utilizados pelo Estado português em termos de ações apresentadas em relação à sua diáspora. O autor fornece uma contribuição extremamente relevante e necessária acerca de um assunto que é, em grande parte, ignorado pela produção científica.

No que se refere à promoção cultural e da língua, Santos (2005) afirma que:

A língua e a cultura constituem elementos patrimoniais da matriz identitária das nações. A sua defesa e promoção representam, por isso, uma expressão operatória inequívoca do conceito de interesse nacional permanente acentuando, ao mesmo tempo, a relevância decisiva da dimensão cultural da Política Externa. Considerando a imperatividade da defesa e da promoção da identidade cultural portuguesa, através de uma política externa centrada na concretização de objectivos consensualizados em termos de interesse nacional, torna-se pertinente e oportuno, reflectir sobre a dimensão cultural da política externa portuguesa, como vector estratégico específico, da afirmação de Portugal no mundo (p. 71).

Em relação a esta temática, o Instituto Camões é a instituição responsável pelas políticas de língua e cultura, procurando tanto contribuir para a aproximação com as comunidades portuguesas, quanto estimular a cooperação para o desenvolvimento. Entre os propósitos do Instituto Camões encontram-se o ensino da língua portuguesa no estrangeiro, a formação e certificação dos falantes de português, e o desenvolvimento de ações de promoção da cultura portuguesa no exterior. O Estado português, também no âmbito da língua e da cultura, compromete-se com a análise de propostas e o apoio a projetos, associações e clubes portugueses no estrangeiro (Sousa, 2017).

Relativamente às atividades de natureza consular, estas exercem um papel relevante entre a prática de atos em matéria de registo civil e notariado, emissão de documentos de viagem, recenseamento eleitoral, entre outros. Sousa (2017) menciona também a importância destas entidades no acompanhamento de casos onde exista exploração laboral, detenção, deportação ou expulsão de cidadãos portugueses, bem como a prestação de apoio social, como estruturas de suporte às comunidades portuguesas a nível diplomático e da estrutura burocrática nacional.

Ainda segundo o autor, outro dos propósitos das políticas de Portugal dirigidas à sua diáspora, para além da atração de remessas, é o investimento e as relações comerciais com o território nacional. Neste sentido, encontros com empresários da comunidade portuguesa e câmaras de comércio no estrangeiro são promovidos com a finalidade de elevar tais fluxos.

O Programa do XXII Governo Constitucional afirmou, entre suas prioridades de ação estratégica, a valorização do potencial e da dimensão das comunidades portuguesas residentes no estrangeiro. Através do Gabinete de Apoio ao Investidor da Diáspora (GAID) e dos Encontros de Investidores da Diáspora, realizados desde 2016, esta temática foi incluída na agenda nacional para evidenciar a sua natureza estratégica, o seu potencial

econômico, e a sua importância na atração e fixação de investimentos originários das comunidades portuguesas para a internacionalização da economia.

O mesmo Programa nota também que o reconhecimento das múltiplas formas de empreendedorismo português no mundo é alcançado através da informação, de pontos de interlocução, de redes de contatos, e de eventos de conhecimento e interação, que facilitam a concretização de iniciativas e mobilizam instituições de apoio em Portugal. A estreita articulação com redes de instituições e agências - nacionais, regionais e locais -, os gestores de programas e medidas de incentivo, as redes dos postos diplomáticos e consulares, as associações de empresários na diáspora e os governos das Regiões Autônomas, contribuem para afirmar e agregar valor à atratividade do país.

Neste contexto, o então Ministro dos Negócios Estrangeiros, Augusto Santos Silva, no Seminário Diplomático de 2018, reforçou importância da diáspora portuguesa e o seu contributo para o crescimento da economia e do comércio nacional:

As comunidades residentes no estrangeiro sempre investiram em Portugal, essa é uma das características mais poderosas da história da nossa emigração: colocaram na pátria de origem parte das suas poupanças, reconstruíram ou acrescentaram património imobiliário, dinamizaram economias locais com o seu consumo, financiaram organizações sociais e humanitárias, abriram oportunidades para a exportação de bens nacionais, lançaram ou expandiram [...] Eles devem ser apoiados e incentivados com instrumentos específicos e de forma o mais próxima possível (Silva, 2018, pp. 12-13).

Deste modo, a criação do Programa Nacional de Apoio ao Investimento da Diáspora (PNAID) visa conferir um acompanhamento sistematizado e institucional a este potencial estratégico, constituindo um instrumento de afirmação internacional de Portugal e do desenvolvimento económico e empresarial do país, permitindo atrair investimentos e pessoas, bem como internacionalizar produtos e serviços. O PNAID pretende ainda dar visibilidade e impulsionar produtos e serviços prestados por micro e pequenas empresas com origem ou destino na diáspora, sendo dirigido aos emigrantes portugueses e luso descendentes que procuram investir ou alargar a sua atividade económica em Portugal, e aos empresários nacionais que queiram internacionalizar seus negócios através da diáspora (Programa do XXII Governo Constitucional).

### **3.2. A Diáspora Portuguesa no Canadá**

No século XV, 300 anos após a fundação de Portugal em 1143, tem início o período das descobertas e a subsequente formação do império colonial português. A travessia do Atlântico, entre outros fatores, transformaria Portugal em uma potência mundial e naval, tornando-se também a principal rota para o crescente êxodo de sua população. Todavia, seria apenas no último século que se viriam verificar uma sucessão de vagas migratórias que levaram a diáspora portuguesa a se instalar um pouco por todo o mundo. De fato, apenas nos últimos 100 anos, cerca de quatro milhões de pessoas deixaram o país - um êxodo que afetou, em primeiro lugar, as regiões da Madeira e dos Açores, seguido das regiões norte e, por fim, o centro de Portugal continental (Rosa e Teixeira, 2000).

É neste contexto que podemos começar a compreender a especificidade e importância da comunidade portuguesa. Quando a migração em grande escala para o Canadá começou no início da década de 1950, Portugal era, em grande parte, um país agrícola. A economia das ilhas açorianas baseava-se na indústria pesqueira e leiteira, enquanto a economia da Madeira assentava sobretudo na produção de frutos tropicais, vinhos e artesanato. O comércio era conduzido em pequena escala e, em ambos os casos, não existia um setor industrial significativo. No continente, a população era mais densa ao norte do que na província do sul do Alentejo. A capital, Lisboa, e os seus subúrbios detiveram, como continuam a deter, uma porcentagem extremamente elevada da população nacional (Higgs, 1982).

Como a maioria dos portugueses possuía uma qualidade de vida inferior à dos seus vizinhos europeus, havia na população uma aspiração generalizada de buscar melhores condições e oportunidades econômicas. Embora Portugal tenha se tornado uma verdadeira democracia após a Revolução de 25 de abril de 1974, Higgs (1982) aponta que as perturbações econômicas causadas pela independência de antigas colônias, aliada ao regresso dos colonos a Portugal, bem como a recessão econômica que afetaria as indústrias nacionalizadas, tornou a emigração uma necessidade para a grande parte da população que enfrentava condições precárias e procurava uma vida melhor. Os primeiros grupos substanciais de imigrantes portugueses chegaram ao Canadá em 1953, quando o país promoveu uma política de imigração que tinha como objetivo dar resposta à sua necessidade de trabalhadores agrícolas e de construção ferroviária (Higgs e Anderson, 1976).

De acordo com a literatura que se debruça sobre a sociologia das migrações portuguesas, a primeira onda de imigrantes portugueses no Canadá pode ser caracterizada como um movimento de mão-de-obra contratada e temporária (Noivo, 1984; Silva, 2011). Os primeiros portugueses eram, na sua maioria, homens casados, trabalhadores não

qualificados e de origem rural. Não possuíam mais do que a compreensão superficial de algumas palavras em inglês ou francês e desconheciam as condições de trabalho que viriam a encontrar no Canadá (Higgs, 1982; Silva, 2011). Sem um padrão fixo de povoamento no país, dirigiam-se aos centros urbanos ao fim de seus contratos em busca de melhores oportunidades de emprego, salários mais altos, mais opções de habitação, e sistemas de apoio oferecidos pelo Estado do Canadá, assim encontrando também outros grupos de imigrantes portugueses que haviam começado a organizar pequenas comunidades durante o final dos anos 50 e início dos anos 60 (Higgs e Anderson, 1976).

Quando abordamos as migrações internacionais, é importante reconhecer que parte essencial do sucesso da emigração não qualificada reside na utilização de redes familiares e profissionais, que facilitam a integração no mercado e a inclusão social dos migrantes. Neste caso, Higgs (1982) nota que a integração social foi quase inexistente durante a primeira década de imigração portuguesa. Embora o número de famílias portuguesas residentes no Canadá tenha crescido rapidamente durante os anos 50, nesta fase ainda não havia uma consciência clara da sua presença por parte da sociedade canadense. Segundo o mesmo autor:

os primeiros tempos da imigração portuguesa não foram prejudicados nem pela rejeição social sistemática, nem pela sociedade ideológica; as dificuldades que os imigrantes enfrentavam eram as de adaptação a uma sociedade benignamente indiferente (p. 9).

Após este período inicial, a segunda vaga de emigração portuguesa para o Canadá foi em grande medida caracterizada e motivada pela reunificação familiar (Marques e Medeiros, 1980; Noivo, 1984; Silva, 2011). No início dos anos 60, com o declínio da demanda por trabalhadores não qualificados no Canadá, o recrutamento de mão-de-obra de países mais pobres também diminuiu. No entanto, a imigração portuguesa em larga escala continuou devido principalmente ao sistema de patrocínio, pelo qual familiares e parentes imediatos poderiam se juntar aos membros da família já estabelecidos no Canadá (Silva, 2011). Também conhecido como migração em cadeia, este tipo de imigração era particularmente comum entre as comunidades açorianas, que gradualmente levariam as suas redes de Portugal para o Canadá (Sousa, 1986; Teixeira, 1999). Em termos educacionais, neste período uma minoria de imigrantes portugueses era formada no ensino médio e universitário. Muitos já tinham sido expostos às dinâmicas da vida urbana ainda antes de emigrar, um fator que viria facilitar o seu processo de aculturação inicial (Noivo, 1984).

Para Silva (2011), ao longo dos anos 60, o número total de imigrantes portugueses no Canadá aproximou-se dos 60.000 e, embora esta migração tenha oferecido uma importante ajuda no desenvolvimento do país durante o período pós-guerra, também

acabaria por gerar preocupações sobre a quantidade e a qualidade das pessoas que chegavam e se instalavam no país. Diante de um afluxo de imigrantes patrocinados não qualificados com famílias extensas, os funcionários de imigração canadenses expressaram preocupação sobre os movimentos portugueses, mais especificamente sobre o movimento açoriano que envolveu famílias maiores e imigrantes de classe baixa (Hawkins, 1972).

Em resposta a estas preocupações, a política de imigração canadense tornou-se gradualmente mais rígida e passou a adotar um sistema que avaliasse também a educação, as habilidades profissionais e outros critérios para satisfazer as demandas do mercado de trabalho (Silva, 2011). Higgs e Anderson (1976), assim como Sousa (1986), relatam que no início dos anos 60, um pequeno número de profissionais portugueses altamente qualificados e empresários de classe média se estabeleceram sobretudo em Toronto e Montreal. Nestas localidades, os autores acreditam ter eventualmente estruturado as atuais comunidades portuguesas, estabelecendo associações culturais e negócios étnicos tais como restaurantes, agências imobiliárias, escolas de condução e agências de viagem (Silva, 2011).

Segundo Silva (2011), a área inicial de assentamento da comunidade portuguesa em Toronto foi estabelecida no final dos anos 50, no extremo oeste do centro da cidade. O autor aponta que o apelo a esta parte da cidade se deu pelo fato de ser um bairro de baixa renda e majoritariamente habitado por famílias de classe trabalhadora, com um parque habitacional acessível e bem servido pelo transporte público. Também era próxima à indústria do vestuário da cidade, fábricas de médio porte, hospitais e grandes edifícios de escritórios, onde podiam encontrar trabalho como empregados de limpeza, operadores de maquinaria industrial, assistentes de cozinha e trabalhadores da construção civil. Esta onda portuguesa deslocou gradualmente empresas e instituições e, ao mesmo tempo, desenvolveu uma concentração residencial na qual até mesmo as casas assumiram um estilo arquitetônico português. Deter uma habitação própria sempre foi uma aspiração comum à comunidade portuguesa emigrada no estrangeiro, e no Canadá esta conquista não representava só um claro indício de uma integração econômica bem-sucedida, como também pode ter sido a forma mais antiga de empreendedorismo étnico (Silva, 2011). Ainda assim, o desejo de adquirir moradias mais espaçosas e modernas do que as encontradas nos bairros de imigrantes do centro das cidades originou um fluxo para os subúrbios favorecidos pelos portugueses, como o de Montreal a Longueuil e de Toronto a Mississauga (Higgs, 1982).

À medida que mais imigrantes portugueses se estabeleceram durante as décadas de 60 e 70 no Canadá, a demanda por bens e serviços portugueses cresceu. Os mais populares eram padarias, mercearias, mercados de peixe, restaurantes, bares, agências de viagens e imobiliárias, escolas de condução, barbearias e cabeleireiros, entre outros (Silva, 2011).

Brettel (1977) descreve como empresas aparentemente comuns, como agências de viagem, por exemplo, ganharam um poder considerável e começaram a posicionar os seus proprietários como líderes comunitários. Silva (2011) aponta que a maioria dos agentes de viagem trabalhavam também como notários, tradutores, contabilistas ou consultores legais informais, uma vez que muitos imigrantes portugueses confiavam nestes para dar sentido às exigências de empregadores e do governo canadenses. Assim, para além de empresários locais, os agentes de viagem tornaram-se uma importante ponte entre o Estado canadense e os seus serviços sociais, por um lado, e entre a comunidade portuguesa, tanto em Toronto como em Portugal, por outro (Silva, 2011). O mesmo autor menciona ainda o primeiro negócio de propriedade portuguesa em Toronto como outro exemplo: mais do que apenas um restaurante, era também um centro comunitário onde os recém-chegados portugueses podiam ter acesso a informações sobre emprego, moradia, e o processo de imigração.

Para instituições culturais portuguesas, como aquelas dedicadas a uma região específica de Portugal, uma equipe de futebol ou uma atividade social, foram criados clubes e associações com o objetivo de ajudar a primeira geração de imigrantes portugueses a se sentir menos isolada e, ao mesmo tempo, incentivar as gerações seguintes a manter a língua portuguesa e certas tradições culturais (Silva, 2011). Ao consolidar as relações entre certos grupos de nacionais residentes no estrangeiro em torno de um objetivo comum, e assim criar nichos de mercado, Silva (2011) aponta que os líderes e membros dos clubes são capazes de beneficiar com a rede e os recursos mútuos. Para além disso, as atividades e apresentações culturais realizadas pelos clubes maiores e mais bem sucedidos ajudaram a moldar a imagem que os portugueses e não portugueses têm da comunidade luso-canadense. Os líderes destes clubes étnicos tornam-se, de forma quase natural, em líderes comunitários, agentes multiculturais e interlocutores privilegiados entre os Estados de origem e destino e a comunidade portuguesa (Silva, 2011).

A comunicação social étnica, que foi inicialmente estabelecida através da criação de vários jornais e estações de rádio, e posteriormente através de canais televisivos, também serviu para manter uma população recém-chegada em contato com as questões mais importantes que afetam a comunidade portuguesa local e a sociedade canadense em geral, assim como as notícias e o entretenimento português (Silva, 2011). O primeiro jornal de língua portuguesa foi “O Luso-Canadiano”, criado em Montreal em 1959. Este jornal era crítico da política interna e externa portuguesa, especialmente das guerras contra os movimentos de independência na África e do governo autoritário então no poder. Dois jornais publicados em Toronto, “Novo Mundo” em 1970, e “Comunidade” em 1975, procuraram fornecer uma perspectiva portuguesa sobre a vida no Canadá. Carregaram histórias sobre a experiência de vida de empresários e trabalhadores, encorajaram escritores locais a

submeterem sua poesia e prosa, e comentaram sobre assuntos de maior preocupação para os portugueses canadenses do que para aqueles que viviam em Portugal. Os apresentadores de programas portugueses como “Portugal Hoje” e “Festival Português” introduziram artistas, promoveram anunciantes, leram boletins informativos e muitas vezes editoriais sobre política. Estes programas também alimentavam o sentimento de “saudade” ao tocar discos de fado e outras músicas populares (Higgs, 1982).

O crescimento da comunidade portuguesa não só estabeleceu serviços comerciais, culturais e profissionais próprios, como também serviços religiosos. As igrejas católicas localizadas perto de áreas residenciais de alta concentração portuguesa tornaram-se comunidades e instituições que serviam como locais de encontro, fontes de apoio e um espaço onde tradições podiam ser realizadas (Marques e Medeiros, 1980). Segundo Higgs (1982), os Açores, a Madeira e o norte de Portugal sempre foram as regiões mais devotas do país, e a criação de “irmandades” desempenhou um papel importante na vida social açoriana, sendo estabelecidas no Canadá em lugares onde os açorianos predominavam em congregações católicas.

Ao longo da discussão sobre a institucionalização da comunidade portuguesa, Sousa (1986) menciona que apenas uma porcentagem relativamente pequena de imigrantes portugueses esteve diretamente envolvida ou participou regularmente nas atividades e gestão das organizações culturais e empresariais nos primeiros anos da comunidade. Silva (2011) aponta que a maioria dos imigrantes e descendentes não estavam regularmente envolvidos devido aos desafios diários em casa e no trabalho, e talvez também não possuíssem os recursos econômicos, socioculturais, linguísticos ou de gênero considerados necessários para assumir posições de liderança na comunidade.

Ainda sobre o mesmo tema, Silva (2011) refere o grande crescimento no número de associações etnoculturais portuguesas e veículos de comunicação social étnica nos anos 70 e 80, em Toronto, que foram inspirados e ocasionalmente financiados pela política do multiculturalismo canadense. Segundo o autor, este fenômeno encorajou a expansão de um mercado etnolingüístico, que se refletiu no aumento do número de negócios mais tradicionais para a comunidade portuguesa no Canadá, como padarias, restaurantes, bares, mercearias, e agências de viagens, mas também novos empreendimentos, como lojas de roupas, oficinas, concessionárias de automóveis, casas funerárias, floristas ou salões de beleza, bem como o aumento no número e na variedade de profissionais portugueses ao serviço da comunidade, onde começariam a surgir um número cada vez maior de advogados, médicos, dentistas, contabilistas, agentes imobiliários e assistentes sociais.

Em contrapartida, Silva (2011) aponta que a recessão econômica iniciada em 1990 no Canadá, a reestruturação da economia canadense rumo à expansão de uma nova economia globalizada baseada no conhecimento e as transformações neoliberais no âmbito político, econômico e cultural, levaram o país a alterar muitas de suas políticas de financiamento de proteção e celebração dos grupos minoritários culturais. Com o objetivo de facilitar as interações com o estado canadense e competir por recursos que eram distribuídos desigualmente, o Estado passou a oferecer incentivos aos seus grupos étnicos minoritários a criar organizações mais amplas que representassem os clubes e empresas étnicas como prova de unidade e liderança comunitárias (Silva, 2011).

Mais recentemente, em 1993, surgiria então o Congresso Nacional Luso-Canadense, encarregado de agir em questões como o desenvolvimento social, econômico, cultural e político da comunidade, assuntos de justiça social, direitos humanos e a promoção da plena participação dos membros da comunidade na sociedade canadense. Este congresso também era visto como uma organização que poderia tornar-se um órgão consultivo para os vários níveis de governo e promover a comunicação entre as comunidades luso-canadenses, assim como entre Portugal e o Canadá (Nunes, 1998).

Mas se muitas vezes este processo emergia de forma quase orgânica, importa referir que o Estado português também esteve ativamente envolvido na construção da comunidade portuguesa. Segundo a página oficial do Consulado Geral de Portugal em Toronto, a manifestação mais visível e política deste investimento é a presença dos serviços consulares neste país, que remonta a 1906. Em 1956, o serviço foi elevado a Consulado Geral e, desde então, sua missão tem sido proteger os interesses dos cidadãos portugueses residentes e, ao mesmo tempo, promover as relações comerciais e culturais com ênfase particular na língua e cultura portuguesas.

Silva (2011) menciona ainda outras organizações estatais portuguesas envolvidas na promoção e defesa de Portugal no Canadá, incluindo o Conselho das Comunidades Portuguesas (CCP), criado para trabalhar com o Estado português e suas comunidades diásporas para atender às necessidades de seus cidadãos e descendentes no exterior; a AICEP, responsável pela promoção do comércio português no Canadá; e a Direção Regional das Comunidades, que promove a celebração da cultura açoriana e a manutenção de laços transnacionais. Estas e outras organizações têm ajudado a trazer artistas, acadêmicos, políticos e empresários de todo o país para o Canadá a fim de acrescentar autenticidade e legitimidade aos eventos organizados pelas comunidades portuguesas locais (Silva, 2011).

As representações mais destacadas e públicas são as realizadas para o Dia de Portugal, celebrado a 10 de Junho. Em Toronto, milhares de pessoas assistem e participam de um

desfile cultural português, um dos maiores festivais de rua da cidade e uma das maiores celebrações do Dia de Portugal fora de Portugal. Esta mobilização cultural e econômica cresceu ao longo da última década, e o mês de junho foi oficialmente designado como o mês do Patrimônio e História Portuguesa em Ontário desde 2002, assim como nas cidades de Vancouver e Toronto desde 2005. Silva (2011) nota que este exercício nacional e multicultural aumenta a visibilidade de uma comunidade portuguesa unificada, e traz benefícios imediatos para os líderes e políticos da comunidade luso-canadense.

Uma análise estatística acerca das entradas de imigrantes portugueses no Canadá, realizada pelo Observatório da Emigração em 2018, permite identificar o declínio da emigração dos portugueses, que atualmente é muito reduzida em comparação aos números vistos nas décadas de 1960 a 1980 (Vidigal, 2018). Segundo o estudo da autora, cinco fases distintas caracterizam a emigração portuguesa para o Canadá (Figura 1).

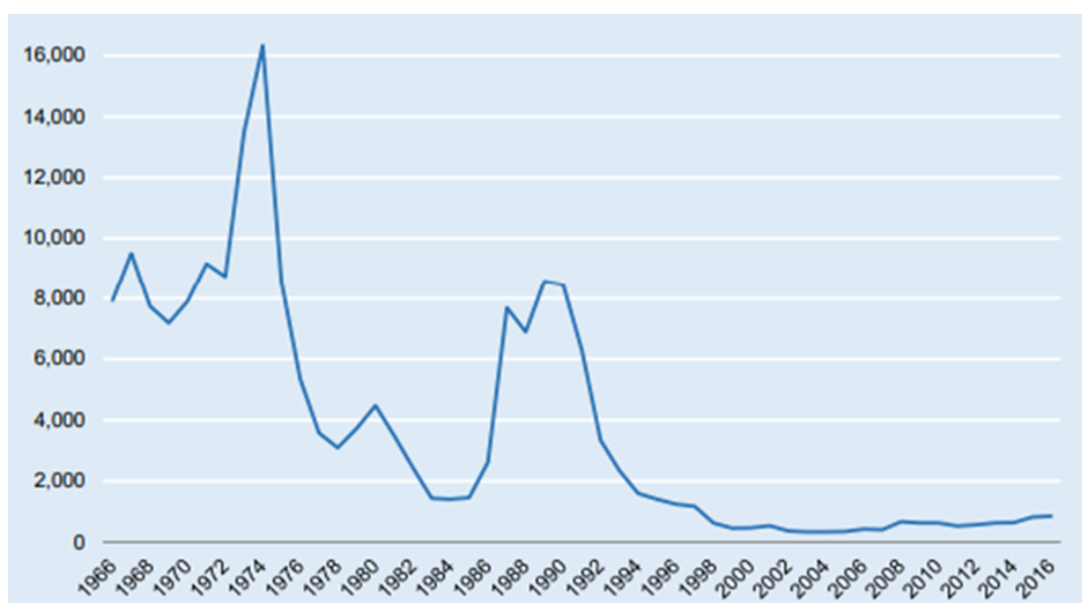


Figura 1 - Entradas de portugueses no Canadá, 1966-2016. Fonte: Observatório da Emigração.

Entre 1966 e 1974, os valores anuais de entradas de portugueses no Canadá ultrapassam 7.000 indivíduos, quando ocorre a primeira vaga de emigração analisada. Em 1975 começa então a segunda vaga, que se estende até 1984, e que foi caracterizada pelo decréscimo progressivo do número de entradas de portugueses no Canadá. Desde 1966, é a primeira vez que o número de portugueses imigrantes anualmente em território canadense é inferior a 2.000 indivíduos, representando menos de 2% dos estrangeiros que chegam ao país (Vidigal, 2018).

A terceira fase ocorre entre 1985 e 1991, quando o número de entradas dos portugueses no Canadá volta novamente a crescer. Este crescimento levou a que fosse ultrapassada a barreira dos 6.000 indivíduos a entrar no país anualmente. Porém, na próxima fase,

compreendida por um período de seis anos entre 1992 e 1997, a emigração portuguesa para o Canadá voltaria a diminuir, passando de mais de 3.000 por ano para cerca de 1.000 indivíduos (Vidigal, 2018).

Em 1998, as entradas no Canadá apresentam, pela primeira vez, valores inferiores a 1.000 indivíduos por ano, passando a emigração portuguesa a ser residual no total de entradas de estrangeiros no país. Esta quinta fase apresenta pequenas oscilações, com tendência de estabilização em baixa e uma ligeira subida a partir de 2012. Apenas em 2016, com 845 portugueses emigrantes para o Canadá, é que passaria a registar o valor mais alto desde 1998 (Vidigal, 2018).

Segundo o relatório mais recente do Observatório da Emigração, o número de entradas de portugueses no Canadá totalizou 550 em 2020. Depois do crescimento registrado em 2018 (865 entradas), o número de entradas de portugueses no Canadá diminuiu ligeiramente em 2019, acentuando-se em 2020, e o total de estrangeiros e de portugueses que entraram no Canadá diminuiu significativamente (Figura 2).

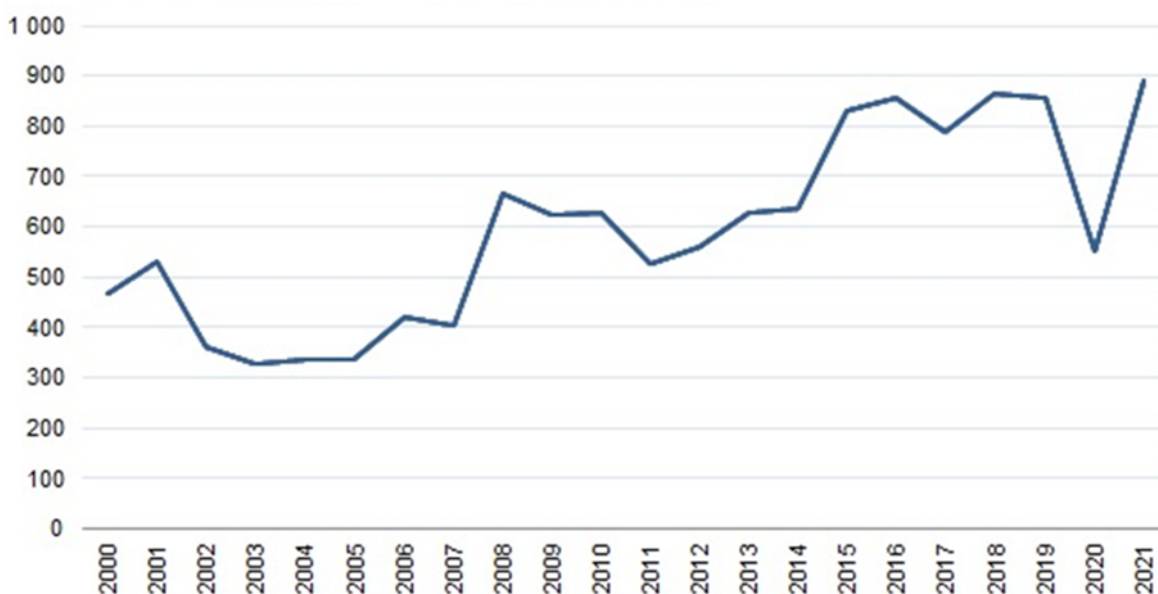


Figura 2 - Entrada de portugueses no Canadá, 2000-2021. Fonte: Observatório da Emigração.

Este decréscimo pode ser explicado, em grande parte, devido aos efeitos da pandemia COVID-19 nas restrições de mobilidade impostas durante o ano de 2020 (Pires et al., 2021). Já em 2021, o número de entradas de portugueses no Canadá foi de 890 indivíduos, valor mais alto registrado desde o ano 2000 (Vidigal, 2022).

### **3.3. Portugal e o Acordo Econômico e Comercial Global (CETA)**

As conexões históricas resultantes do colonialismo e da migração em massa da Europa favoreceram a consolidação e o fortalecimento das relações existentes entre a UE e o Canadá, que desde o período da Segunda Guerra Mundial compartilham a aliança ocidental e uma presença expressiva nas principais instituições internacionais. O Canadá foi o primeiro país industrializado com o qual a UE assinou um acordo de cooperação. Desde então, estas relações foram gradualmente ampliadas para incorporar a multiplicidade de desafios contemporâneos em diferentes áreas. Mais recentemente, teve início um processo negocial para estabelecer um acordo econômico extensivo que visa reforçar e expandir a parceria transatlântica (Debardeleben e Leblond, 2011).

O primeiro acordo entre a UE e o Canadá, o Acordo-Quadro de Cooperação Comercial e Econômica entre as Comunidades Europeias e o Canadá, foi assinado em 1976. Todavia, e neste quadro, foi somente nos últimos 15 anos que o fortalecimento da cooperação entre as partes seria alcançado. Este seria um processo gradual: em 1990, foi assinada a Declaração sobre as Relações Transatlânticas entre a Comunidade Europeia e os Estados-Membros e o Canadá; em 1996, a Declaração Política Conjunta sobre as Relações UE-Canadá; e em 2004, foi estabelecida a Agenda de Parceria UE-Canadá (DeBardeleben e Leblond, 2011). Ainda em 2004, foram iniciadas as negociações para um Acordo de Fortalecimento do Comércio e dos Investimentos (TIEA), mas que acabariam por ser interrompidas no ano seguinte. Em 2005, ambas as partes assinaram o Acordo que estabelece uma estrutura para a participação do Canadá nas operações de gestão de crises da UE (Fafard e Leblond, 2012; Verdun et al., 2021).

Em 2016, foi estabelecido o Acordo Econômico e Comercial Global (CETA), em paralelo com um Acordo de Parceria Estratégica (SPA), para aprofundar e ampliar ainda mais a cooperação bilateral, representando a nova estrutura sobre a qual se baseiam as relações UE-Canadá. Segundo Fafard e Leblond (2012), o CETA pode ser descrito como um acordo abrangente, uma vez que não se foca somente na redução de barreiras tarifárias e não tarifárias, como também inclui as diferentes normas e regulamentos que tratam da produção e da natureza dos bens e serviços oferecidos no Canadá e na Europa. O CETA tem sido aplicado provisoriamente desde 21 de setembro de 2017, mas algumas áreas ainda precisam ser ratificadas por todos os parlamentos nacionais dos Estados-membros da UE antes da sua plena entrada em vigor.

O CETA tem como objetivo alcançar a liberalização gradual do comércio de bens e serviços, favorecendo a abertura do mercado canadense para as empresas europeias e

vice-versa. Com a sua aplicação provisória, Sequeira (2022) nota que as condições de acesso ao mercado canadense para as exportações e investimentos europeus evoluíram significativamente, com as exportações subindo, em média, 15% ao ano. As estimativas apontam que o CETA pode resultar em uma redução de cerca de 590 milhões de euros por ano em direitos aduaneiros para a EU (Sequeira, 2022).

Neste contexto, e para compreender as diferentes prioridades da missão diplomática portuguesa no Canadá, importa notar que Portugal foi um dos primeiros Estados-membros da UE a ratificar o CETA. De acordo com Sequeira (2022), o mercado canadense é particularmente apelativo, uma vez que o país apresenta inúmeras oportunidades de negócio para as empresas portuguesas em diferentes setores, agora também impulsionadas pelo crescente interesse das empresas canadenses pelo mercado europeu, resultado dos benefícios mútuos proporcionados pelo CETA. Entre os setores mais atrativos para as empresas nacionais, tanto em termos de procura potencial como de acesso facilitado ao mercado, destacam-se os vinhos, produtos alimentares, moda, calçado, mobiliário, cortiça, tecnologias de informação e comunicação, engenharia e construção, energias renováveis, entre outros (Sequeira, 2022).

Em relação aos benefícios para as empresas portuguesas, a redução dos direitos aduaneiros para os exportadores e importadores nacionais proporciona oportunidades importantes principalmente para as pequenas e médias empresas, que constituem a maioria do tecido empresarial português. Também a criação de novas perspectivas para agricultores e produtores de alimentos portugueses, a abertura do mercado de serviços do Canadá às empresas nacionais, a facilitação do acesso de empresas portuguesas a contratos públicos canadenses, e o incentivo às empresas tanto portuguesas quanto canadenses a investir em ambos os países, são algumas das vantagens asseguradas pelo CETA (Comissão Europeia, 2017).

Assim, o CETA promove a intensificação das trocas comerciais de bens e serviços e dos fluxos de investimento entre o Canadá e a UE, criando possibilidades de negócios para as empresas e contribuindo para o crescimento das economias. O Canadá não só é um país com uma forte presença da comunidade portuguesa, mas também é considerado uma das maiores, mais prósperas e modernas economias do mundo, onde Portugal pode beneficiar do CETA e configurar oportunidades significativas para as suas empresas.

O fortalecimento das relações entre Canadá e Portugal, quer a nível bilateral quer sobretudo no quadro Europeu, tem sido traduzido em um rápido crescimento das trocas comerciais. Segundo o Instituto Nacional de Estatística (INE) de Portugal, o Canadá foi o 26º país que mais importou bens portugueses em 2021, ocupando a 37ª posição ao nível das importações para Portugal (0,2%). Ao longo do período 2017-2021, verificou-se um

crescimento médio anual das exportações portuguesas de 13,9% e de 0,03% nas importações. A balança comercial de bens foi favorável a Portugal, tendo apresentado um excedente de 172 milhões de euros em 2021 (AICEP Portugal Global, 2022). Quanto ao turismo, o Canadá posicionou-se como o 21º mercado turístico da procura externa para Portugal em 2021, sendo Lisboa o principal destino nacional dos turistas provenientes do Canadá (46,8%), seguido do Algarve (17,5%), e Norte (14,5%) (Turismo de Portugal, 2022).

## **Capítulo IV - O Estágio Curricular na Embaixada de Portugal em Ottawa**

O quarto capítulo deste relatório apresenta as atividades realizadas durante o estágio na Embaixada de Portugal em Ottawa. O capítulo começa por apresentar a Embaixada como instituição de acolhimento, olhando para a sua estrutura organizacional interna e respectivas competências. Posteriormente, será feita a introdução do Plano de Estágio e, em seguida, uma descrição detalhada das atividades desenvolvidas e as limitações sentidas no decorrer do mesmo. De forma a interligar a discussão do quadro teórico-conceitual sobre as três dimensões da diplomacia apresentado no primeiro capítulo, a função da diplomacia portuguesa e o papel da diáspora na política externa analisados, o quarto capítulo conclui situando o conjunto de atividades e prioridades da Embaixada de Portugal em Ottawa nas dimensões cultural, econômica e comercial da diplomacia.

### **4.1. A Embaixada de Portugal em Ottawa**

A Embaixada de Portugal em Ottawa é, desde 1952, a missão diplomática responsável *prima facie* pela representação dos interesses nacionais junto do Governo Federal do Canadá. Para além da Seção Consular existente na Embaixada de Ottawa, a representação oficial de Portugal é também assegurada por três Consulados-Gerais em Toronto, Montreal e Vancouver, assim como pelos Consulados Honorários em Edmonton e Winnipeg. As áreas de jurisdição da Seção Consular da Embaixada compreendem as cidades de Ottawa e Kingston, na província de Ontário, e a cidade de Gatineau, na província do Quebec, bem como todas as localidades situadas a leste de Arnprior e Carleton Place.

O edifício da Embaixada está localizado na 645 Island Park Drive, a dois minutos da residência do embaixador. A Island Park Drive é uma importante e cênica estrada norte-sul, com uma extensão de cerca de quatro quilômetros. A extremidade norte se liga à ponte Champlain, que atravessa o rio Ottawa e conecta a capital à Gatineau, Quebec. A extremidade sul conecta-se com a Central Experimental Farm, uma estação de pesquisa para o Departamento Federal de Agricultura do Canadá, considerada um local histórico nacional. A rua abriga ainda uma área de residências nobres e outras representações diplomáticas.

Como referido anteriormente, as embaixadas costumam estar situadas em profunda articulação com outras entidades centrais à política externa portuguesa. Neste sentido, e junto ao Consulado-Geral de Portugal em Toronto, mas com competências funcionais para todo o território canadense, estão também representadas, para além da AICEP, o Turismo

de Portugal e a Coordenação do Ensino Português no Estrangeiro, assegurada pelo Instituto Camões. O Turismo de Portugal é a autoridade nacional responsável pela promoção, valorização e sustentabilidade das atividades turísticas, tendo como objetivo fomentar o desenvolvimento do turismo português, seja no desenvolvimento de infraestruturas turísticas, no apoio a investimentos no setor, ou na promoção nacional e internacional de Portugal como destino turístico. Como referido também, o Instituto Camões é o principal agente da ação diplomática cultural de Portugal, responsável por promover a língua portuguesa em instituições de ensino estrangeiras, e reforçar as políticas de cooperação cultural dos países pertencentes à CPLP e países com comunidades de língua portuguesa. No âmbito das atribuições do MNE na área da cultura, compete também ao Instituto Camões assegurar a difusão e promoção da cultura portuguesa no estrangeiro, promovendo a execução de obras e projetos que favoreçam a sua divulgação internacional.

#### **4.1.1. Organização**

A Embaixada de Portugal em Ottawa integra a rede diplomática do MNE de Portugal, sendo a sua estrutura organizacional interna bastante simples (Figura 3). É constituída pelo Embaixador João do Carmo Ataíde da Câmara; o Chefe de Missão Adjunto e Conselheiro João Paulo Costa; o Técnico de Comunicação e Informática Jorge do Carmo; a Assistente do Embaixador Rosa Costa; e por dois funcionários consulares, o Chanceler Domingos Lopes Gonçalves e a Assistente Técnica Maria Azevedo Silva. A Embaixada conta ainda com um motorista, à serviço do Embaixador.

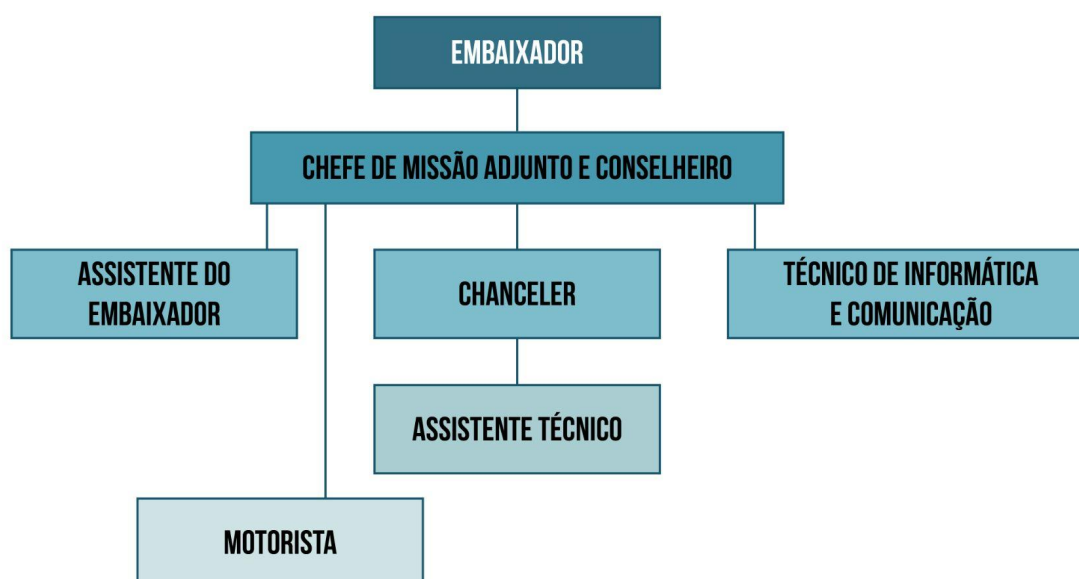


Figura 3 - Organograma da Embaixada de Portugal em Ottawa. Fonte: Elaborado pela autora.

A rede diplomática do MNE acolhe, através do Programa de Estágios Curriculares (PEC-MNE) e do Programa de Estágios Profissionais na Administração Central do Governo de Portugal (PEPAC), estagiários de diferentes áreas de formação superior.

#### **4.1.2. Atividades**

As atividades da Embaixada de Portugal em Ottawa constam no Plano de Atividades anual da instituição, fornecido à estagiária no decorrer do estágio curricular. O ano de 2021 ficou naturalmente marcado pelos constrangimentos impostos pela pandemia COVID-19 e pelos esforços governamentais desenvolvidos no sentido de dar resposta não apenas no plano da saúde pública, mas também em um conjunto de medidas econômicas e sociais mais abrangentes. Para além disso, Portugal e Canadá assinalaram o 70º aniversário do estabelecimento oficial de relações diplomáticas, sendo o respectivo programa comemorativo delineado pela Embaixada ao longo do período de estágio.

A missão, competência e as atribuições da Embaixada de Portugal em Ottawa encontram-se plasmadas na Lei Orgânica do MNE, sendo a ação específica estabelecida em função do Programa do Governo e das orientações recebidas da tutela ministerial. Destacam-se, neste contexto:

- a defesa e promoção dos interesses portugueses no Canadá;
- a proteção dos cidadãos nacionais, bem como o apoio e a valorização da comunidade portuguesa residente no país;
- a defesa e promoção da língua portuguesa no estrangeiro;
- a promoção da lusofonia em todos os seus aspectos, bem como a valorização e o reforço da CPLP;
- o exercício das atribuições cometidas relativamente à execução da diplomacia económica.

No que respeita às relações entre Portugal e Canadá, elencam-se como áreas prioritárias:

- o reforço das relações bilaterais, no plano político e económico, tendo em conta a dinâmica criada pelo início da aplicação provisória do CETA;
- o apoio à integração da comunidade portuguesa, a valorização dos seus talentos e de figuras de destaque na política, economia, cultura e sociedade canadenses;
- a cooperação ao nível do ensino, investigação científica e tecnológica, bem como com a promoção da mobilidade;
- o fortalecimento da cooperação na vertente multilateral e de segurança, designadamente no âmbito da ONU e da OTAN, incluindo em missões de manutenção de paz.

As relações Canadá-UE correspondem também uma dimensão de especial relevo, traduzindo-se na continuada execução do SPA UE-Canadá e no acompanhamento da implementação do acordo CETA, cumprindo-se em 2021 o 4º aniversário da entrada em vigor da sua aplicação provisória, matérias que são igualmente seguidas pela Embaixada com toda a prioridade.

No plano económico bilateral, o interesse acrescido por Portugal como destino turístico e a entrada em vigor do CETA abriram boas perspectivas de negócio e de investimentos para Portugal, mas que não deixaram, no entanto, de ser fortemente afetados pela pandemia COVID-19. Apesar disso, as expectativas são de que as exportações e importações possam continuar a potenciar algum crescimento económico e a estimular o desenvolvimento. A Embaixada seguiu, em parceria com a AICEP, com a implementação dos objetivos e das atividades previamente delineados, procurando dar continuidade aos resultados positivos já obtidos pelas exportações portuguesas, identificar novas oportunidades para a captação de investimento direto estrangeiro (IDE), apoiar a entrada e instalação de empresas nacionais no mercado e, não menos importante, divulgar Portugal enquanto destino turístico.

A Embaixada continuou a desenvolver em 2021, dentro dos condicionalismos existentes, uma agenda cultural e de promoção da língua portuguesa em Ottawa e em outras cidades, individualmente ou em cooperação, com as Embaixadas e representantes dos demais países da CPLP, com a Delegação da UE e outras entidades relevantes. O mesmo sucede no que respeita à implementação do Plano de Atividades Culturais para 2021, aprovado pelo Instituto Camões, no quadro de execução das políticas públicas de Ação Cultural Externa. Importa assinalar que grande parte dos eventos culturais previstos para 2021 foram condicionados pela COVID-19, sendo a maior parte deles realizados virtualmente ou em modelo híbrido.

A Seção Consular da Embaixada de Portugal em Ottawa e os Consulados-Gerais no Canadá servem uma comunidade de aproximadamente 480.000 portugueses e luso descendentes, embora o número de utentes inscritos seja muito inferior. Como referido, as atividades em 2021 foram fortemente condicionadas pela pandemia COVID-19, levando ao encerramento do atendimento ao público nos vários postos consulares em determinados períodos. Registrou-se, ainda assim, um número contínuo e substancial de atos praticados, bem como um crescimento da procura dos serviços consulares consoante à implementação das medidas de desconfinamento.

Em termos consulares, de promoção do turismo, do comércio, da captação de investimento e da ação cultural, a atividade da Embaixada é complementada pela ação dos Consulados-Gerais de Portugal em Toronto, Montreal e Vancouver e, em menor escala,

pela atividade dos Consulados Honorários em Edmonton e Winnipeg. Conta com a importante colaboração dos delegados AICEP e Turismo, bem como do Coordenador do Ensino e da Adida Cultural, que se encontram no Consulado-Geral em Toronto. A Ação Diplomática e Consular para o Canadá e a coordenação entre a Embaixada e os postos e organismos dependentes é objeto da habitual Reunião Anual de Planeamento, que teve lugar no segundo semestre de 2021.

Os principais destinatários da atividade diplomática portuguesa no Canadá estão identificados abaixo (Quadro 1). A Embaixada articula ainda com as missões diplomáticas de países que integram organizações ou estruturas comuns como a UE, o Espaço Schengen, a OTAN e a CPLP, com o objetivo de desenvolver as políticas destas face ao Canadá, tendo em vista a promoção dos interesses comuns.

**Quadro 1 - Principais Destinatários da Atividade Diplomática Portuguesa no Canadá**

<p><b>Ação Política</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Governador-Geral do Canadá;</li> <li>• Parlamento Federal;</li> <li>• Governo Federal, em particular os Departamentos dos Negócios Estrangeiros (<i>Global Affairs Canada</i>), da Defesa, bem como o da Imigração, Refugiados e Cidadania;</li> <li>• Conselho de Ministros (<i>Privy Council Office</i>);</li> <li>• Tribunal Supremo do Canadá;</li> <li>• Governos Provinciais;</li> <li>• <i>Think-Tanks</i>, ONGs, consultoras e sociedades de advogados;</li> <li>• Meios de Comunicação Social de expressão nacional (<i>Globe and Mail, The Hill Times, CBC News, National Post, La Presse, MacLeans, Canadian Press News Agency</i>).</li> </ul>
<p><b>Ação Económica</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Banco do Canadá;</li> <li>• <i>Treasury Board</i>;</li> <li>• Governo Federal, em particular os Departamentos dos Negócios Estrangeiros, das Finanças, da Economia, da Agricultura, Governo Digital, bem como o da Inovação (<i>Innovation, Science and Economic Development Canada</i>), e das Pescas, Oceanos e Guarda Costeira (<i>Fisheries and Oceans Canada</i>) e Recursos Naturais;</li> <li>• Ministérios e Agências de Desenvolvimento Económico dos governos provinciais e municipais;</li> <li>• Empresas de consultoria;</li> <li>• Fundos de Pensões e de Investimento;</li> <li>• Agências de Classificação de Risco de Crédito (v.g. DBRS).</li> </ul>
<p><b>Ação Comercial</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Governo Federal, em particular os Departamentos dos Negócios Estrangeiros, Comércio Internacional, da Agricultura e da Inovação (<i>Innovation, Science and Economic Development Canada</i>);</li> <li>• EDC – <i>Export Development Canada</i>;</li> <li>• Empresas nacionais com interesse em exportar para o mercado canadiano;</li> <li>• Empresas nacionais com investimento ou perspectiva de investimento no Canadá;</li> <li>• Importadores e distribuidores de produtos nacionais para o mercado canadiano;</li> <li>• Empresas canadianas com interesse, atividade ou investimento no mercado português;</li> <li>• Associações de produtores e de empresas/sectores;</li> <li>• Feiras de produtos, congressos e feiras de turismo;</li> <li>• Associações da Comunidade Portuguesa</li> <li>• Meios de comunicação social da especialidade.</li> </ul>

<b>Ação Cultural e Promoção da Língua</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Instituições culturais canadianas de natureza pública e privada;</li> <li>• Público canadiano em geral;</li> <li>• Comunidade portuguesa no Canadá;</li> <li>• Universidades e escolas secundárias;</li> <li>• Embaixadas e Consulados CPLP e outras comunidades de língua portuguesa presentes no Canadá;</li> <li>• Associações da Comunidade Portuguesa.</li> </ul>
<b>Ação Consular</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Comunidade portuguesa nas respetivas áreas de jurisdição;</li> <li>• Ministério da Imigração, Refugiados e Cidadania e Ministério da Justiça;</li> <li>• Associações da Comunidade Portuguesa e missões católicas;</li> <li>• Meios de Comunicação Social associados à Comunidade.</li> </ul>

Fonte: Plano de Atividades 2021 - Embaixada de Portugal em Ottawa.

As ações incluídas no Plano de Atividades da Embaixada de Portugal em Ottawa integram o Plano Indicativo Anual (PIA) do MNE, que consubstancia o plano nacional de internacionalização da cultura portuguesa e de promoção da cooperação cultural, conjugando a intervenção de vários organismos que promovem e apoiam a criação, divulgação e a circulação de bens e serviços, criadores, agentes e empresas em circuitos internacionais e de promoção do património nacional. Tais ações orientam-se por um conjunto de eixos temáticos que refletem as prioridades da política externa de Portugal em matéria de promoção internacional da cultura portuguesa.

## **4.2. O Estágio Curricular**

### **4.2.1. Plano de Estágio**

De acordo com o Regulamento do PEC-MNE, o Plano de Estágio Curricular é um elemento obrigatório para a definição das funções dos estagiários. Tais funções englobam tanto atividades relacionadas às RI e à prática diplomática quanto atividades relacionadas aos serviços públicos e administrativos, que também fazem parte das funções da Embaixada através da sua Seção Consular. As atividades descritas neste documento envolveram:

- acompanhar a dinâmica do relacionamento entre Portugal e o Canadá, nomeadamente a nível político e das atividades culturais;
- acompanhar as atividades relacionadas com a diplomacia económica e comercial, incluindo participação nas pertinentes reuniões da UE;
- contribuir para questões relacionadas com atividades da Embaixada, nomeadamente culturais e consulares;

- participar na execução da programação cultural da Embaixada, da UE e da CPLP, incluindo iniciativas de promoção da língua portuguesa e ações relacionadas com o seu respectivo ensino;
- participar nas reuniões de coordenação da rede de Institutos Nacionais de Cultura da UE (EUNIC) e atividades relacionadas;
- apoiar o atendimento e gestão do expediente, nomeadamente com as autoridades canadenses;
- apoiar a execução do plano de atividades culturais, artísticas, associativas e em outras matérias julgadas relevantes no âmbito da comunidade portuguesa;
- colaborar com o atendimento ao público que se dirige à Embaixada e à Seção Consular;
- apoiar a elaboração de apontamentos e outras informações relevantes para a Embaixada.

#### **4.2.2. Atividades do Estágio**

Relativamente às atividades realizadas durante o estágio, estas podem ser divididas em atividades diárias e ocasionais. As atividades diárias incluíram as resenhas de notícias, o apoio à Seção Consular, e a atualização da lista de contatos da Embaixada. As atividades ocasionais envolveram a tradução de documentos, o planeamento logístico para as comemorações dos 70 anos do estabelecimento de relações diplomáticas entre Portugal e o Canadá, e o suporte aos processos internos relacionados às mais diversas atividades, nomeadamente o envio de correspondências do Embaixador e a organização e o arquivamento de documentos.

Para o estágio, as resenhas de notícias consistiram na elaboração diária de um resumo das principais notícias do Canadá para o Embaixador, tendo em conta a relevância das mesmas. O processo de redação das resenhas incluiu a leitura diária e a produção de textos sintetizados das fontes mais relevantes da imprensa canadense – o site do Primeiro-Ministro do Canadá Justin Trudeau, o Global Affairs Canada e o jornal Globe and Mail -, estruturados por título da matéria, resumo, data de publicação e fonte com o *link* de acesso. Os assuntos das notícias apresentadas nas resenhas tinham como foco os encontros de ministros com representantes e instituições internacionais, a agenda política do Primeiro-Ministro do Canadá, os assuntos de interesse mundial como política, economia, sociedade, energia, meio ambiente e tecnologia, e acontecimentos relevantes nas províncias canadenses.

O apoio consular envolveu o serviço de atendimento e esclarecimento aos utentes e público em geral via telefone e e-mail, a marcação de procedimentos consulares como a renovação de cartões de cidadão e passaportes, emissão de registos civis - certidões de

nascimento, casamento e óbito -, vistos de viagem e procurações, e o registro e atualização dos documentos de identificação dos utentes no Sistema de Gestão Consular online (eSGC). Os documentos eram posteriormente organizados em ordem alfabética e mantidos no cofre da Seção Consular até a sua retirada.

A revisão regular da lista de contatos da Embaixada foi feita com o intuito de verificar se os contatos registrados previamente ainda eram válidos e, em caso negativo, fazer a sua respectiva atualização. Instituições e representantes que já não estavam em função eram assinalados para posterior exclusão. A lista é classificada em oito categorias: Deputados; Global Affairs; Funcionários do Governo; EUNIC, *Deputy Head of Mission* (DHOM) e European Commission Representation (ECR); Embaixadores; Comunidade Portuguesa; Patrocinadores; e Outros, sendo composta por nome, entidade, cargo, morada, e-mail e contato telefônico.

A pedido do Chanceler, eventualmente foram realizadas traduções de documentos oficiais canadenses – registros civis de nascimento e casamento, registros criminais e licenças de condução. Estes documentos foram então traduzidos do inglês para o português, assinados, autenticados e chancelados, sendo em seguida destinados ao arquivo interno da Embaixada ou aos utentes que solicitavam o serviço de tradução.

Por fim, no contexto dos eventos realizados para as comemorações dos 70 anos de relações diplomáticas entre Portugal e o Canadá, foi feito um planeamento logístico com base na programação até então estabelecida, que incluiu a pesquisa de voos, acomodações e transportes locais para palestrantes convidados e a sua subsequente planilha de custos. Dentre os eventos programados, cabe destacar a participação no *webinar* sobre a diáspora portuguesa no Canadá, realizado pelo especialista Professor Gilberto Fernandes, investigador luso-canadense da Universidade de Toronto.

### **4.2.3. Limitações**

Naturalmente, a maior limitação que influenciou a realização do estágio foi a nova onda da pandemia COVID-19 e o consequente *lockdown* decretado pelo governo canadense em dezembro de 2021. Neste período, a Embaixada manteve suas atividades de atendimento ao público da Seção Consular, de forma limitada, e o funcionamento administrativo presencial. Também as condições rigorosas do inverno canadense, que atingiu as temperaturas mais extremas da última década, e o agravamento das condições de saúde do Embaixador, impossibilitaram a realização de reuniões, atividades culturais e visitas diplomáticas. A orientação e designação de responsabilidades do estágio passaram ao Chefe de Missão Adjunto que, para além de suas responsabilidades usuais, estava sobrecarregado com o planeamento dos eventos previstos para 2022. Por estas razões,

constam neste relatório somente as atribuições mais prioritárias previstas no Plano de Estágio.

### **4.3. A Embaixada de Portugal em Ottawa nas três dimensões diplomáticas**

As missões diplomáticas permanentes têm como função principal defender os interesses do seu país de origem e de seus nacionais em território estrangeiro. Relações econômicas e políticas podem acontecer entre representantes do governo sem a intermediação de uma instituição instalada em outro território. Todavia, o estabelecimento de uma representação permanente beneficia a sua comunidade e consolida as relações bilaterais com o país de acolhimento. Em grande medida, e especialmente neste caso, podemos afirmar que o principal objetivo de uma representação oficial é o de contribuir para o bem-estar, a integração e a segurança de sua diáspora. Sendo a comunidade portuguesa um eixo central da política externa, a mesma centralidade se verifica nas funções, missão e atividades da Embaixada de Portugal em Ottawa.

Como consta no Plano de Atividades apresentado, a Embaixada de Portugal em Ottawa articula suas competências em função dos objetivos delineados junto ao Programa do Governo português. Um dos principais objetivos da política externa portuguesa é promover a diplomacia cultural, envolver a sua diáspora nas ações e elevar a imagem do país. A Embaixada de Portugal em Ottawa conduz as suas ações, no âmbito cultural, estritamente em função destes objetivos. É, portanto, do interesse de Portugal e da própria Embaixada que as atividades desenvolvidas contribuam de forma evidente para a valorização da cultura portuguesa, o fortalecimento das relações entre os membros da diáspora, assim como um conjunto de estratégias que permitam apoiar o ensino, a divulgação e a utilização da língua portuguesa.

Neste sentido, podemos afirmar que a atuação da Embaixada de Portugal em Ottawa vai de encontro com o que Schimd (2003) e Mark (2009) argumentam ao considerarem a cultura como um instrumento fundamental da diplomacia, que pode ser utilizado para alcançar os objetivos de um Estado através da sua política externa, dando maior ênfase à diplomacia cultural para promover estrategicamente as tradições e valores de um Estado, ao mesmo tempo que contribui para reforçar o seu prestígio internacional.

Em casos como o do Canadá, os nacionais de origem portuguesa têm estabelecido instituições culturais no exterior, que não raras vezes se tornaram locais de referência, reunião e convivência. Oferecem programas culturais como exposições, performances e palestras e, ao fazê-lo, possibilitam também à comunidade a oportunidade de estar em contato com produtos e expressões culturais desenvolvidas no seu país de origem. A

Embaixada também desenvolve a sua ação diplomática no domínio cultural através de contatos acadêmicos e institucionais, criando parcerias e redes com universidades e escolas secundárias, instituições culturais canadenses e associações portuguesas, bem como o contato com o público canadense em geral e com a comunidade portuguesa residente no Canadá. Estas iniciativas têm como propósito principal a valorização da cultura e da língua portuguesa, ao mesmo tempo que promovem a imagem de Portugal no exterior.

Neste âmbito, a atividade cultural da Embaixada é complementada sobretudo pela execução de uma agenda cultural definida em colaboração com o Instituto Camões, e pelo planeamento de ações conjuntas no domínio cultural e do ensino do português. O ensino da língua oferece a oportunidade, particularmente às segundas e terceiras gerações de imigrantes, de manter relações e aprender o idioma do seu país de origem. O Camões - Centro de Língua Portuguesa em Toronto, para além das aulas de língua portuguesa, também oferece um programa diversificado de atividades culturais, especialmente na área da língua e da literatura.

A valorização da comunidade portuguesa vai além da sua importância linguística. Os membros da diáspora atuam como "embaixadores" permanentes do seu país, uma vez que não só promovem a cultura e as raízes de Portugal diariamente, como também fomentam o comércio local de produtos portugueses, estabelecem redes comerciais de benefício mútuo e, não menos importante, atraem investimentos e parcerias para os seus negócios.

Sempre que uma ação diplomática cultural promove investimentos e interesse comercial em produtos, mercado, ou turismo português, esta ação também se enquadra no âmbito da diplomacia econômica e comercial. Neste sentido, a Embaixada retoma as suas competências na coordenação e apoio às empresas portuguesas, assim como na promoção de bens e serviços e no apoio à atração de investimentos estrangeiros, sendo também responsável pela identificação de novas áreas e oportunidades de negócios. Assim, a Embaixada pode ser considerada uma instituição essencial de apoio, uma vez que o impulso inicial ao comércio e investimento emerge da sua iniciativa, tendo influência no ambiente regulatório e na construção de parcerias com diferentes atores.

Tais ações institucionais vão de encontro ao que Woolcock e Bayne (2013) incluem na sua definição de diplomacia econômica, uma vez que é no estabelecimento e fortalecimento de laços diplomáticos que se dá a promoção e defesa dos interesses comerciais e econômicos, estando a Embaixada frequentemente envolvida na procura de mercados e novas oportunidades para as empresas nacionais. As atividades da Embaixada podem também ser vistas nas definições de Kosteci e Naray (2007) e Yakop e van Bergeik (2009), que caracterizam a diplomacia comercial como um conjunto de ações de apoio aos negócios,

realizadas por membros de missões diplomáticas e outras agências relacionadas, com o objetivo de apoiar a promoção do investimento estrangeiro e do comércio internacional.

A Embaixada, por meio dos principais destinatários da atividade diplomática portuguesa no Canadá, coloca em prática a sua diplomacia econômica e comercial através do contato com empresas nacionais que tenham interesse em exportar e investir no mercado canadense, bem como empresas sediadas no Canadá com interesse, atividade ou investimento no mercado português. O Acordo de Parceria Estratégica UE-Canadá e o CETA vem facilitar a ação da Embaixada, uma vez que esta capta investimentos que posteriormente utilizam o CETA para comercializar produtos e serviços. A Embaixada, em parceria com a AICEP, implementa os objetivos e atividades delineados, dando prosseguimento aos resultados positivos já obtidos pelas exportações portuguesas ao identificar novas oportunidades de captação de IDE, contactar associações de produtores, associações da comunidade portuguesa e importadores e distribuidores de produtos nacionais, além de promover feiras de produtos, congressos e feiras de turismo, refletindo assim o potencial econômico, comercial e turístico de Portugal.

O turismo em Portugal representa outro principal objetivo da política externa portuguesa. A Embaixada, neste sentido, atua em parceria com a instituição Turismo de Portugal, agregando assim competências relacionadas ao estímulo das atividades turísticas. Juntamente com a promoção da imagem e marca do país - que caem no escopo da diplomacia cultural, como aponta Mark (2009) -, tais ações de promoção resultam em mais valias econômicas e comerciais, uma vez que Portugal é visto como um país atrativo para investimentos e para os negócios do lazer.

Assim, no exercício das suas competências e dos seus objetivos, a Embaixada de Portugal em Ottawa desempenha o seu papel diplomático nas esferas cultural, comercial e econômica, assegurando a representação internacional, tensionada pelo programa de política externa de Portugal, em território canadense.

## Considerações Finais

Para além de refletir sobre a experiência do estágio curricular realizado no âmbito do mestrado em RI, este relatório teve como objetivo analisar o papel desempenhado pela missão diplomática de Portugal em Ottawa nos eixos econômico, comercial e cultural. Para tal, começamos por apresentar o enquadramento conceitual das RI que sustenta esta análise, olhando para os conceitos de diplomacia econômica, cultural e comercial. Em seguida, analisamos os traços gerais da diplomacia e política externa portuguesa e as especificidades da relação entre Portugal e Canadá. Foi este contexto que tornou possível entender o leque de competências, prioridades e atividades que têm sido desenvolvidas pela missão diplomática de Portugal em Ottawa, objeto do quarto e último capítulo.

De forma a agregar e interligar as principais conclusões levantadas ao longo deste estudo, estas considerações finais sumarizam os principais pontos de argumento e expõe algumas considerações sobre o estágio e posterior investigação que permitiu a elaboração deste relatório, apontando algumas das limitações inerentes a este tipo de exercício e também alguns dos desafios impostos pela escassa literatura especializada que se debruça sobre esta temática e, mais especificamente, sobre a relação entre Portugal e Canadá.

As missões diplomáticas dos Estados são entidades essenciais no estabelecimento e na continuidade das relações internacionais, assumindo um papel central na prossecução dos objetivos de política externa. Estar inserida em um ambiente diplomático, conhecer a sua estrutura organizacional e os indivíduos que a constituem é uma forma de experienciar as relações entre países. O estágio curricular na Embaixada de Portugal em Ottawa e a subsequente conclusão deste relatório contribuíram não só para a oportunidade de colocar em prática os conhecimentos adquiridos durante o mestrado, como também possibilitaram a aprendizagem no desempenho de funções em contexto diplomático. Neste sentido, o estágio constituiu uma mais-valia imensurável tanto em termos pessoais, por todos os desafios que acompanham a vivência em outro país, quanto em termos profissionais na aplicação prática do conhecimento acadêmico.

Ao analisar as relações entre Portugal e o Canadá através da literatura e da prática, existem várias considerações que podem ser feitas. Em primeiro lugar, os dois países compartilham o Oceano Atlântico como elemento fundamental e formativo de suas identidades, sendo a presença fundadora de ambos na OTAN uma afirmação do seu compromisso em garantir a segurança internacional. Como parceiros em diversas instituições multilaterais, destacam o papel essencial da ONU no avanço e na manutenção da paz e do desenvolvimento global. Em segundo, Portugal e Canadá partilham e defendem um conjunto de valores comuns na esfera doméstica e internacional: o

fortalecimento da democracia, o respeito pelos direitos humanos, o compromisso com a promoção da paz, o interesse em contribuir ativamente para a prevenção e resolução de conflitos, assim como um vasto leque de preocupações da agenda global que estendem desde temas como a saúde pública ao combate à degradação ambiental e alterações climáticas, redução da pobreza, apoio ao desenvolvimento, educação e igualdade de gênero.

Para mais, no que diz respeito ao domínio econômico, Portugal e Canadá expressam um interesse partilhado na promoção das relações comerciais bilaterais, sobretudo com a aplicação provisória do CETA. Como referido ao longo do relatório, este acordo oferece novas oportunidades para empresas portuguesas e canadenses, fortalecendo e diversificando as trocas comerciais e o aumento de investimentos mútuos. Ainda assim, algo que ficou evidente através desta análise foi a importância fundacional da diáspora portuguesa para as relações entre os dois países.

Foi a partir dos anos 50 que Portugal e o Canadá consolidaram a sua relação através dos fluxos de imigração portuguesa. A presença de uma vasta comunidade luso-canadense contribui não só para a construção de um Canadá próspero e multicultural, como também exerce um papel significativo na facilitação das relações políticas bilaterais e na promoção da cultura, do comércio e da economia de Portugal. Os portugueses e descendentes de portugueses no Canadá representam uma comunidade diversa e bem integrada, ao mesmo tempo que mantêm as tradições portuguesas, a sua língua e a passagem cultural entre gerações.

Portugal e o Canadá celebraram, em 2022, o 70º aniversário do estabelecimento de relações diplomáticas. É através de iniciativas como esta que se vão consolidando ainda mais as relações políticas e estratégicas, a cooperação técnica, cultural e linguística, e os laços económicos, comerciais e cada vez mais turísticos, com o CETA evidenciando, sem demora, os incentivos na vertente económica e a evolução da balança comercial bilateral.

Relativamente ao papel institucional da Embaixada como principal missão diplomática em território canadense, esta articula suas competências em função da representação dos interesses nacionais e da sua comunidade no estrangeiro. No âmbito da diplomacia cultural, a Embaixada, em conjunto com o Instituto Camões, concretiza a sua ação sobretudo através da promoção da língua e da cultura portuguesa, por meio da realização de contatos com universidades, instituições culturais, com o público canadense e com a comunidade portuguesa presente no Canadá. Sendo a língua um dos maiores patrimônios de Portugal e de suas comunidades no mundo, é importante reconhecê-la como um fator de identidade e pertença e, mais do que isso, um recurso cultural, político e económico.

A ação da Embaixada neste âmbito engloba, também, a promoção das relações com a diáspora portuguesa: a valorização daqueles que emigram e o seu sentimento de pertença à comunidade nacional são um mecanismo de facilitação da internacionalização da cultura, da economia nacional, e da promoção da imagem de Portugal no mundo. As dimensões econômica, política, comercial e cultural da relação entre os dois países, apesar de distintas, estão intimamente interligadas e podemos até afirmar que se reforçam mutuamente.

No âmbito da diplomacia econômica e comercial, a Embaixada, juntamente com a AICEP, é responsável por coordenar e apoiar as empresas portuguesas na promoção de bens e serviços e no apoio à atração de investimentos estrangeiros. Por meio do contato com empresas nacionais e canadenses, a Embaixada identifica novas áreas e oportunidades de negócios tanto em Portugal quanto no Canadá. Neste sentido, o CETA facilita o comércio de produtos, serviços e investimentos que são captados pela Embaixada. A promoção do turismo em conjunto com o Turismo de Portugal também contribui para o estímulo econômico e comercial, uma vez que a promoção internacional da imagem de Portugal como destino turístico atrai pessoas e investimentos para o país.

Desta forma, o enquadramento conceitual das vertentes econômica, comercial e cultural da diplomacia permitiu perceber os principais objetivos e competências da Embaixada de Portugal em Ottawa. Uma análise da vertente histórica inicial da diáspora portuguesa e das componentes do CETA no plano econômico bilateral permitiu uma compreensão mais detalhada da dinâmica presente entre os dois países.

Através desta análise que englobou uma componente teórica e conceitual desenvolvida no primeiro capítulo, com uma componente de análise histórica e política nos dois capítulos seguintes, e uma análise operacional e reflexiva no quarto capítulo, visamos responder aos objetivos definidos para este relatório: explorar a evolução e as características da relação entre Portugal e o Canadá e, mais especificamente, analisar o papel desempenhado pela embaixada de Portugal em Ottawa neste contexto. Entre outros pontos relevantes, ficou evidente que a própria missão da embaixada tem, ao longo das últimas décadas, ampliado o seu leque de competências e atividades de forma a incluir cada vez mais as vertentes cultural, econômica e comercial da diplomacia.

Antes de concluir, contudo, cumpre ainda referir que ao longo da elaboração deste trabalho, a principal limitação se deu na pesquisa bibliográfica relativa às relações entre Portugal e o Canadá. Apesar de existir uma extensa literatura acerca das migrações e da diáspora - seja em termos de estudos étnicos, históricos e sociais sobre a presença portuguesa no Canadá, ou sobre as experiências de estabelecimento e integração dos

portugueses nas cidades e províncias canadenses, ainda existe uma clara lacuna no que se refere às relações políticas, econômicas e comerciais específicas entre estes dois países.

Dado o caráter exploratório e analítico de um relatório de estágio, optamos por destacar a dimensão conceitual em detrimento de uma análise exclusivamente teórica. Esta escolha reflete o fato de que o relatório de estágio não tem como objetivo, por um lado, testar hipóteses previamente estabelecidas pela literatura especializada nem, por outro, discutir qual a abordagem teórica mais adequada para realizar uma análise da diplomacia na prática. Ainda assim, esperamos que este trabalho possa oferecer uma modesta contribuição para a restrita, mas crescente, literatura que se debruça sobre a evolução da política externa e prioridades estratégicas de Portugal e, mais especificamente, sobre o papel fundamental do corpo diplomático na prossecução desta agenda e na proteção do interesse nacional através de relações bilaterais.

# Bibliografia

- AICEP Portugal Global. (2022). *Portugal Exporta: Balança Comercial*. <https://myaicep.portugalexporta.com/mercados-internacionais/ca/canada>
- Arndt, R. T. (2005). *The First Resort of Kings: American Cultural Diplomacy in the Twentieth Century*. Potomac Books, Inc.
- Arroteia, J. C. (2001). As comunidades portuguesas no mundo. *Janus 2001: actualidade das migrações*.
- Baganha, M. I. (1994). As correntes emigratórias portuguesas no século XX e o seu impacto na economia nacional. *Análise Social*, XXIX(128), 959-980.
- Bauböck, R., & Faist, T. (2010). *Diaspora and Transnationalism: Concepts, Theories and Methods*. Amsterdam University Press.
- Bayne, N., & Woolcock, S. (2007). *The New Economic Diplomacy: Decision-making and Negotiation in International Economic Relations*. Ashgate.
- Belei, R. A., Gimenez-Paschoal, S. R., Nascimento, E. N. & Matsumono, P. H. V. R. (2008). O Uso de Entrevista, Observação e Videogravação em Pesquisa Qualitativa. *Cadernos de Educação*, 30.
- Benn, D., & Hall, K. (2000). *Globalisation, a Calculus of Inequality: Perspectives from the South*. Macmillan Publishers.
- Berridge, G. R. (2015). *Diplomacy: Theory and Practice, 5th Edition*. Palgrave Macmillan.
- Berridge, G., & James, A. (2003). *A Dictionary of Diplomacy* (2nd ed.). Palgrave Macmillan.
- Brettell, C. 1977. Ethnicity and entrepreneurs: Portuguese immigrants in a Canadian city. In George L. H. & Philip E. L. (eds) *Ethnic encounters: Identities and contexts*. Duxbury Press. 169-180.
- Carment, D., & Bercuson, D. (2008). *The World in Canada: Diaspora, Demography, and Domestic Politics*. McGill-Queen's University Press.
- Cohen, R. (1998). Putting Diplomatic Studies on the Map, *Diplomatic Studies Programme Newsletter*.

- Comissão Europeia. (2017). *A UE em 2017: Relatório Geral sobre a Atividade da União Europeia*. <https://op.europa.eu/en/publication-detail/-/publication/4d16193a-25a7-11e8-ac73-01aa75ed71a1/language-pt>
- Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas. (1961). In Teles, P.G. (ed). (2020). *Convenção de Viena sobre relações diplomáticas de 1961: comentada*. Instituto Diplomático.
- Conze, E. (2003). States, International Systems, and Intercultural Transfer: A Commentary. In Gienow-Hecht, J. C. E. & Schumacher, F. (eds). *Culture and International History*. Berghahn Books, 198-205.
- Cooper, A. F., Heine, J., Thakur, R., & Thakur, R. C. (2013). *The Oxford Handbook of Modern Diplomacy*. Oxford University Press.
- Correia, M. C. (1999). A Observação Participante enquanto técnica de investigação. *Pensar Enfermagem*, 13(2), 30-36.
- Costigliola, F. (2004). Reading for Meaning: Theory, Language, and Metaphor. In Michael J. Hogan and Thomas G. Patterson eds., *Explaining the History of American Foreign Relations*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 279-303.
- Crespo, N., & Tomás, M. J. (2017). A internacionalização da economia portuguesa: casos de sucesso empresarial. *Temas e Debates*.
- Cummings, M. (2009). *Cultural Diplomacy and the United States Government: A Survey*.
- DeBardeleben, J., & Leblond, P. (2011). The Other Transatlantic Relationship. *International Journal: Canada's Journal of Global Policy Analysis*, 66(1), 1-7. <https://doi.org/10.1177/002070201106600101>
- Denzin, N. K. (1989). *The research act*. 3thd. ed. Englewood Cliffs: Prentice Hall.
- Direção de Gestão do Conhecimento. (2022). *Mercado em Números Canadá - setembro 2022*. Turismo de Portugal.
- Dufoix, S. (2008). *Diasporas*. California: University of California Press.
- Embaixada de Portugal em Ottawa. (2021). *Plano de Atividades*. Ministério dos Negócios Estrangeiros.
- Fafard, P., & Leblond, P. (2012). *Twenty-first century trade agreements: Challenges for Canadian federalism*. Graduate School of Public and International Affairs. University of Ottawa.

- Feltham, R. G. (2012). *Diplomatic Handbook*. 8th Edition. Brill.
- Fox, R. (1999). *Cultural Diplomacy at the Crossroads: Cultural Relations in Europe and the Wider World*. The British Council.
- Freire, R. (2022). Portuguese Foreign Policy. In Fernandes, J. M., Pedro C. Magalhães, and António Costa Pinto (eds), *The Oxford Handbook of Portuguese Politics*. Oxford Academic.
- Gama, J. (1997). *A Política Externa*. *Nação e Defesa*, 83, 45-57.
- Gamlen, A. (2008). The emigration state and the modern geopolitical imagination. *Political Geography*, 27(8), 840–856. <https://doi.org/10.1016/j.polgeo.2008.10.004>
- Gienow-Hecht, J.C.E. (2003). On the Diversity of Knowledge and the Community of Thought. In Gienow-Hecht, J.C.E. & Schumacher, F. (eds). *Culture and International History*. New York: Berghahn Books, 3-26.
- Gil, A. C. (2010). *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. Atlas.
- Godoy, A. S. (1995). Pesquisa Qualitativa: tipos fundamentais. *Revista de Administração de Empresas*, 2.
- Gonçalves, M. O. B. (2009) *Migrações e Desenvolvimento*. Coleção Portugueses pelo mundo. Fronteira do Caos.
- Guba, E. G. & Lincoln, Y. S. (1981). *Effective evaluation*. San Francisco: Jossey-Bass.
- Hajdukiewicz, A. (2019). The role of commercial diplomacy in promoting and facilitating international business. *International Entrepreneurship Review*, 5(3), 129–144. <https://doi.org/10.15678/ier.2019.0503.09>
- Hamilton, K., & Langhorne, R. (2011). *The Practice of Diplomacy: Its Evolution, Theory and Administration*. Routledge.
- Hawkins, F. (1972). *Canada and immigration: Public policy and public concern*. McGill-Queen's University Press.
- Higgs, D. (1982). *The Portuguese in Canada*. Canadian Historical Association.
- Higgs, D., & Anderson, G. M. (1976). *A Future to Inherit. The Portuguese Communities in Canada*. McClelland and Stewart.

- Hocking, B. (2016). Diplomacy and Foreign Policy. In Constantinou, C. M., Kerr, P., Sharp, P. *The SAGE Handbook of Diplomacy*.
- Houaiss, A. (2008). *Minidicionário Houaiss*. Editora Objetiva.
- Karns, M. P., & Mingst, K. A. (2009). *International Organizations: The Politics and Processes of Global Governance (2nd ed.)*. Lynne Rienner Publishers.
- Kostecki, M. & Naray, O. (2007). *Commercial diplomacy and international business*. Netherlands Institute of International Relations 'Clingendael'.
- Král, F. (2020). Diaspora. *Literary and Critical Theory*. <https://doi.org/10.1093/obo/9780190221911-0092>
- Kripka, R. M. L; Scheller, M.; Bonotto, D. L. (2015). Pesquisa documental: considerações sobre conceitos e características na pesquisa qualitativa. In *VI Simpósio Internacional de Educação e Comunicação*. Atas, 243-247.
- Lee, D. (2004). The growing influence of business in UK diplomacy. *International Studies Perspectives*, 5(1), 50-54
- Lee, D., & Hocking, B. (2010). Economic Diplomacy. In: *The International Studies Encyclopedia*. Wiley-Blackwell, 1216-1227.
- Lee, D., & Hudson, D. (2004). The old and new significance of political economy in diplomacy. In: *The International Studies Encyclopedia*., 30, 343–360. <https://doi.org/10.1017/s0260210504006102>
- Leguey-Feilleux, J. R. (2009). *The Dynamics of Diplomacy*. Macmillan Publishers.
- Lima Jr, E. B., Oliveira, G. S., Santos, A. C. O. & Schnekenberg, G. F. (2021). Análise Documental Como Percurso Metodológico Na Pesquisa Qualitativa. *Cadernos da Fucamp*. 44, 36-51.
- Lima, S. E. M. (2002). *Privilégios e Imunidades Diplomáticos*. Instituto Rio Branco. Fundação Alexandre Gusmão.
- Magalhães, J. (2005). *A Diplomacia Pura (1ª Edição)*. Bizâncio Editora.
- Malone, D. M. (2012). The Evolving Nature and Role of the Diplomatic Mission. *Canadian Foreign Policy Journal*, 18(2), 225–241. <https://doi.org/10.1080/11926422.2012.710751>
- Mark, S. (2009). *A Greater Role for Cultural Diplomacy*. Clingendael: Netherlands Institute of International Relations.

- Marques, D. & Medeiros, J. (1980). *Portuguese immigrants: 25 years in Canada*. West End YMCA.
- Mattingly, G. (1988) *Renaissance Diplomacy*. New York: Dover Publications.
- Ministry for Culture and Heritage. (2000). *The Place of Culture in New Zealand's International Relations*.
- Moita, L., Pinto, L.V., & Pereira, P. (2019). *Estudo da Estrutura Diplomática Portuguesa*. OBSERVARE – Observatório De Relações Exteriores. <https://doi.org/10.26619/978-989-8191-97-7>
- Moura, M. L. S., Ferreira, M. C. & Paine, P. A. (1998). *Manual de elaboração de projetos de pesquisa*. UERJ.
- Musante, K. (2015). Participant Observation. In Bernard, H. R., & Gravlee, C. C. *Handbook of Methods in Cultural Anthropology*. Macmillan Publishers.
- Naray, O. (2008). Commercial diplomacy: A conceptual overview. *7th World Conference of TPOs*. The Hague. The Netherlands.
- Newland, K. & Plaza, S. (2013). *What We Know About Diasporas and Economic Development*. Migration Policy Institute.
- Nicholson, H. (1939) *Diplomacy*. Thornton Butterworth.
- Noivo, E. A. (1984). *Migration and Reactions to Displacement: The Portuguese in Canada*. [Tese de Doutorado]. Carleton University.
- Nunes, F. (1998). Portuguese-Canadians from sea to sea: A national needs assessment. *Portuguese-Canadian National Congress*.
- Nye Jr, J. S. (2004). *Soft power: The means to success in world politics*. Public affairs.
- O que é a Rede Diplomática?* (n.d.). Portal Diplomático. <https://portaldiplomatico.mne.gov.pt/rede-diplomatica/o-que-e-a-rede-diplomatica>
- Okano-Heijmans, M. (2011). Conceptualizing Economic Diplomacy: The Crossroads of International Relations, Economics, IPE and Diplomatic Studies. *The Hague Journal of Diplomacy*, 6(1–2), 7–36. <https://doi.org/10.1163/187119111x566742>
- Oliveira, G. M. D. (2013). Política linguística e internacionalização: a língua portuguesa no mundo globalizado do século XXI. *Trabalhos Em Linguística Aplicada*, 52(2), 409–433. <https://doi.org/10.1590/s0103-18132013000200010>

- Oliveira, G. S., Cunha, A. M. O., Cordeiro, E. M., & Saad, N. S. (2020) Grupo Focal: Uma Técnica De Coleta De Dados Numa Investigação Qualitativa? In *Cadernos Da Fucamp*, 41, 1-13.
- Pajtinka, E. (2014). Cultural diplomacy in theory and practice of contemporary international relations. *Politické vedy*, 17(4), 95-108.
- Patrício, R. (2014). Política Externa. In Mendes, N.C. & Coutinho, F.P. (eds). *Enciclopédia das Relações Internacionais*, 407-409.
- Pereira, P. (2018). Portuguese Foreign Policy. In *The Road Ahead The 21st-Century World Order in the Eyes of Policy Planner*, 269-283.
- Pigman, G. A. (2010). *Contemporary Diplomacy: Representation and Communication in a Globalized World*. Polity, Cambridge.
- Pires, R. P., Azevedo, J., Vidigal, I., & Veiga, C.M. (2021). *Emigração Portuguesa*.
- Plaza, S. (2013). Diaspora resources and policies. In *International Handbook on the Economics of Migration*, Edward Elgar Publishing, 505-529.
- Potter, E. H. (2004). Branding Canada: The Renaissance of Canada's Commercial Diplomacy. *International Studies Perspectives*, 5(1), 55-60. DOI: 10.1111/j.1528-3577.2004.00155.
- Programa do XXII Governo Constitucional*. (n.d.). República Portuguesa. <https://www.portugal.gov.pt/download-ficheiros/ficheiro.aspx?v=%3d%3dBAAAAB%2bLCAAAAAAABACzsDA1AQB5jSa9BAAAAA%3d%3d>
- Quem somos*. (n.d.). Consulado Geral de Portugal em Toronto. <https://toronto.consuladoportugal.mne.gov.pt/pt/o-consulado/quem-somos>
- Rana, K. S. (2013). *The Contemporary Embassy: Paths to Diplomatic Excellence*. Palgrave Pivot.
- Rawnsley, G. (2021). Cultural Diplomacy Today: A 'Culture of Dialogue' or a 'Dialogue of Cultures'?. *Transnational Sites of China's Cultural Diplomacy: Central Asia, Southeast Asia, Middle East and Europe Compared*, 13-33.
- Reis, M. (2004). Theorizing diaspora: perspectives on "classical" and "contemporary" diaspora. *International migration*, 42(2), 41-60.
- Reuvers, S., & Ruël, H. (2012). Research on commercial diplomacy: a review and implications. *Commercial Diplomacy and International Business: a conceptual and empirical exploration*, 9, 1-27.

- Rivera, T. (2015). Distinguishing cultural relations from cultural diplomacy: The British Council's relationship with Her Majesty's Government. *USC Center on Public Diplomacy at the Annenberg School*, 12.
- Romão, F. V. (2019). As Soluções Institucionais Portuguesas. In Moita, L., Pinto, L.V., & Pereira, P. *Estudo da Estrutura Diplomática Portuguesa*. OBSERVARE – Observatório De Relações Exteriores.
- Rosa, V. M. P. da. & Teixeira, C. (2000). *The Portuguese in Canada: From the Sea to the City*. Amsterdam University Press.
- Ruël, H. (2013). Diplomacy means business. *Windesheim reeks Kennis en Onderzoek*, 46, 22.
- Sá-Silva, J. R., Almeida, C. D. & Guindani, J. F. (2009). Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. *Revista Brasileira de História e Ciências Sociais*, 1.
- Sá, T. M. (2016). *Política Externa Portuguesa*. Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Saner, R., Yiu, L. (2003). *International economic diplomacy: Mutations in post-modern times*. Netherlands Institute of International Relations' Clingendael'.
- Santos, V. M. (2005). Portugal, a CPLP e a Lusofonia: Reflexões sobre a Dimensão Cultural da Política Externa In: *Negócios Estrangeiros*. Ministério dos Negócios Estrangeiros, 9, 71-91.
- Schmidt, O. (2004). Small Atlantic World. U.S. Philanthropy and the Expanding International Exchange of Scholars after 1945. In Gienow-Hecht, J. C. E. & Schumacher, F. eds. *Culture and International History*. New York: Berghahn Books, 115–34.
- Sequeira, L. (2022). Boas Oportunidades No Mercado Canadiano. In *Revista AICEP Portugal Global*, 158, 20-24.
- Severino, A. J. (2007). *Metodologia do trabalho científico*. São Paulo. Cortez Editora.
- Sheffer, G. (1986). *Modern Diasporas In International Politics*. St. Martin's Press. 1-15.
- Shuval, J. T. (2000). Diaspora Migration: Definitional Ambiguities and a Theoretical Paradigm. *International Migration*, 38(5), 41–56. <https://doi.org/10.1111/1468-2435.00127>
- Silva, E. A da. (2011). Sociolinguistic (Re)constructions of Diaspora Portugueseness. Portuguese-Canadian Youth in Toronto. [Doctoral Dissertation]. Toronto University.

- Silva, A. S. (2018). *Transcrição da Intervenção do Ministro dos Negócios Estrangeiros. Seminário Diplomático*. Portal Diplomático MNE. Disponível em: [https://portaldiplomatico.mne.gov.pt/images/news/INTERVEN%C3%87%C3%83O\\_MNE\\_SEMIN%C3%81RIO\\_DIPLOM%C3%81TICO\\_2018.pdf](https://portaldiplomatico.mne.gov.pt/images/news/INTERVEN%C3%87%C3%83O_MNE_SEMIN%C3%81RIO_DIPLOM%C3%81TICO_2018.pdf)
- Simões, T. E. F. (2020). *O papel da diáspora na política externa portuguesa* [Doctoral dissertation].
- Sironi, A. C. B. & M. Emmanuel (eds.) (2019). Glossary on Migration. *International Migration Law*, No. 34. International Organization for Migration (IOM), Geneva.
- Sousa, A. (1986). *The formative years: Toronto's Portuguese community (1953-1967)*. [MA thesis]. University of Toronto.
- Sousa, P. P. (2017). A diáspora portuguesa como prioridade da política externa de Portugal: entre o discurso e a prática. *Revista da Faculdade de Letras*. Historia, 7(1), 57-78.
- Teixeira, C. (1999). *Portugueses em Toronto: Uma comunidade em mudança*. Ponta Delgada. Direcção Regional das Comunidades.
- Teixeira, N. S. (2004). O 25 de Abril e a Política Externa Portuguesa. *R:I/Relações Internacionais*, 1, 5–12.
- Teixeira, N. S. (2010). Breve ensaio sobre a política externa portuguesa. *R:I/Relações Internacionais*, 28, 51–60. [https://run.unl.pt/bitstream/10362/38238/1/NST\\_n28a04\\_2010.pdf](https://run.unl.pt/bitstream/10362/38238/1/NST_n28a04_2010.pdf)
- US Department of State. 2005. Cultural Diplomacy: The Linchpin of Public Diplomacy. *Report of the Advisory Committee on Cultural Diplomacy*. Washington, DC. <http://www.state.gov/documents/organization/54374.pdf>.
- Varma, P. (2007). Culture as an Instrument of Diplomacy. In Sinah, A. & Mohta, M. (eds.), *Indian Foreign Policy: Challenges and Opportunities*. Academic Foundation.
- Verdun, A. C. (2021). The EU-Canada strategic partnership: challenges and opportunities. In L. C. Ferreira-Pereira & M. Smith (Eds.), *The European Union's Strategic Partnerships. Global Diplomacy in a Contested World*, 121-148. London, UK.: Routledge. doi:10.1007/978-3-030-66061-1
- Vidigal, I. (2018). *Emigração portuguesa para o Canadá, 1966-2016*. Observatório da Emigração. DOI:10.15847/CIESOEMFS072018.

- Vidigal, I. (2022). *Entrada de portugueses no Canadá atinge máximo em 2021*. Observatório da Emigração. <http://observatorioemigracao.pt/np4/8703.html>.
- Woolcock, S. & Bayne, N. (2013). Economic Diplomacy. In Cooper, A. F., Heine, J., Thakur, R., & Thakur, R. C (eds). *The Oxford Handbook of Modern Diplomacy*. Oxford University Press.
- Yakop, M., & Van Bergeijk, P. A. (2009). The weight of economic and commercial diplomacy. *International Institute of Social Studies (ISS) Working Paper*, (478).